CONTAS PÚBLICAS

ESTADO COBRA R$ 14 BI DA UNIÃO

EXECUTIVO ALEGA RETENÇÃO DE VALORES DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PELA FAZENDA

AMÁLIA GOULART
amaliagoulart@hojeemdia.com.br

O governo de Minas Gerais cobra do governo federal R$ 14 bilhões, sob a alegação de que os valores foram retidos e integram parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Na noite de ontem, o Executivo informou que interpelou o governo federal para que o Ministério da Fazenda apresente, em 60 dias prestação de contas detalhada dos valores repassados ao Estado nos últimos 5 cinco anos a título de FPE.

Segundo a administração do governador Fernando Pimentel (PT), foi promovida uma auditoria interna nos repasses do governo federal, chegando a tal conclusão.

FLÁVIO TAVARES

DÍVIDA – Segundo contas do governo estadual, há divergência em classificação de recursos

"A medida foi tomada após a Secretaria de Fazenda ter detectado, em auditoria interna, potenciais falhas na apuração do montante que deveria ser entregue ao Estado. Isso porque não foram contemplados na base de cálculo para apuração dos valores devidos diversos códigos de receita especialmente os relacionados com recursos arrecadados pela União em parcelamentos de Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, por falta de classificação das receitas correspondentes", afirma o Estado, por meio de nota.

Conforme o Executivo, os valores repassados a menos chegariam a R$ 14 bilhões no período pesquisado. "A União vem retendo valores que ainda estão pendentes de classificação pela Receita Federal, estimando-se que tal monta chegue a cerca de R$ 14 bilhões, o que significa dizer que os valores repassados estão bastante inferiores aos devidos, impondo enorme prejuízo ao Estado e sua população", conclui.

O FPE é composto por 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O Fundo repassa mensalmente aos estados a quantia apurada.

O Ministério da Fazenda foi procurado, mas, até o fechamento desta edição não havia retornado ao pedido de posicionamento.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINTIBREF/MG - Edital de Convocação - Ficam convocados, pelo presente edital todos os associados no gozo dos seus direitos estatuários desta entidade para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 02 de Abril de 2018 , as 09:00 horas em primeira convocação e se não houver quorum, ás 10:00 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede do SINTIBREF-MG, situado á Rua Rodrigues Caldas 703 – Bairro Santo Agostinho em Belo Horizonte – Minas Gerais, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração de Endereço da Sede b) Mudança de Endereço das Sub Sedes de Uberlândia, Juiz de Fora e Pouso Alegre; c) Outros Assuntos de Interesse da Categoria. Belo Horizonte, 27 de Março de 2018. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho - Diretor Presidente

---

PREFEITURA DE VESPASIANO.

EXTRATO DE ARP Nº 008/2018 – PL Nº 007/2018 – PP Nº 003/2018. DAS PARTES: Município de Vespasiano e as empresas JRS PNEUS LTDA - EPP e MUNDIAL PNEUS ITABERÁ EIRELI - EPP. OBJETO: Aquisição de pneus. Vig. 12 meses. Vlr. R$ 17.951,00. FDO: 145.

EXTRATO DE ARP Nº 016/2018 – PL Nº 245/2017 – PP Nº 081/2017. Objeto: Aquisição de peças para manut. de veículos (maior desconto sobre as tabelas das montadoras). DAS PARTES: Município de Vespasiano e as empresas: Aline Gabriele da Silva Serafim – Me: lote 08 – 67%; Horizonte Transporte e Logística de Peças Ltda – Me: lote 02 – 62%, lote 11 – 69%; LM Peças Acessórios e Serviços Mecânicos em Geral Ltda: lote 03 - 59,9%; Retrominas Comércio, Serviços e Manutenção Eireli – Epp: lote: 04 – 60,1%, lote 12 – 69,5%; Universo Auto Lub Ltda – Me: lote 01 - 60%, lote 05 - 59%, lote 06 - 59%, lote 07 - 60%, lote 09 - 59,2%, lote 10 - 67%, lote 13 - 70%, lote 14 – 68,2%. Vig. 12 meses. FDO: 145, 185, 324, 339, 356, 364. Camila Lorraine P. Perdigão – Pregoeira.

PL Nº 204/2017. PE Nº 016/2017. EXTRATO DA ATA 02/2018. A íntegra da publicação da Ata de Registro de Preços encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.vespasiano.mg.gov.br. Maria Aparecida de Araújo Aquino. Pregoeira.

REVOGAÇÃO DO PL Nº 198/2017 – PP. RP. Nº 063/2017. A Prefeitura de Vespasiano comunica a revogação do referido processo, que tem por objeto a contratação de empresa para coleta, transporte, tratamento por incineração e destinação final de resíduos hospitalares ("A", "B" e "E"), tendo em vista a frustração do mesmo, por nenhuma empresa participante ter atendido ao requisitado no edital. Camila Lorraine P. Perdigão – Pregoeira.

PL Nº 229/2017 – PP. RP. Nº 071/2017. A Pregoeira da Prefeitura de Vespasiano comunica o indeferimento da impugnação do edital, feita pela empresa Scanlab Diagnóstica Ltda, de acordo com parecer emitido pela Diretora do Laboratório Municipal. A nova data para a realização do certame será no dia 04/04/2018, cujo credenciamento, será realizado das 13h30min às 13h45min e o recebimento dos envelopes, será às 13h45min deste mesmo dia. O edital, com a nova data de realização do certame, encontra-se inalterado e disponível no site da Prefeitura: www.vespasiano.mg.gov.br. Camila Lorraine P. Perdigão – Pregoeira.

PREF. DE VESPASIANO. PL 040/2018 - PE 010/2018. A Pref. de Vespasiano torna público aos interessados a REABERTURA do edital do Processo Licitatório acima referido, sendo início de acolhimento de proposta: Às 08h do dia 11/04/2018; As propostas serão recebidas até às 09h do dia 13/04/2018; Início da sessão de disputa de preços: 09:30h do dia 13/04/2018. A íntegra encontra-se disponível: www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Ana Karoline Fonseca Rodrigues. Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA/MG

O Municipal de Pedra Bonita / MG, torna pública a abertura do **Pregão nº 009/2018** na forma presencial, do **tipo menor preço**. Objeto: Aquisição de material químico para laboratório de estação de tratamento de água, para o Município de Pedra Bonita, conforme especificações constantes do anexo I. Credenciamento: 10/04/2018 até às 12:15 horas. Abertura Oficial do Pregão: 10/04/2018 às 12:30 horas. Local: Rua Leopoldino de Almeida, 290, centro, CEP 35.364-000, Pedra Bonita/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-9104 das 12:00 às 16:00 horas.

Joana D´arc de Abreu - Pregoeira.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** RUA JOANA MATOS LIMA, Nº120, LOTE 28, QUADRA 05, LOTEAMENTO JARDIM NATALIA, PAO DE ACUCAR ARAXA MG CEP 38180000

1º leilão 10/4/2018 partir 09:00 horas

2º leilão 8/5/2018 partir 09:00 horas

Local AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ANTONIO CARLOS, 83, CENTRO ARAXA MG

Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

Mutuarios:

IVANIR DOS REIS DA SILVA, CPF 13123512843

e cônjuge, se casado(a) estiver.

IARA APARECIDA DOS SANTOS, CPF 92805337620

e cônjuge, se casado(a) estiver.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilao

Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

Leiloeiro Oficial

SED:18F69

PRIME INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.

CNPJ/MF 00.409.834/0001-55 - NIRE 31.300.028.186

Companhia Fechada

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2018

A Reunião do Conselho de Administração da **PRIME INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.** ("**Companhia**" ou "**Emissora**"), instalada com a presença dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos conselheiros da Companhia, presidida pelo Sr. **Alexandre Machado Vilela** e secretariada pela Sra. **Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia**, realizou-se às 16:00 horas do dia 21 de março de 2018, na sede social da Companhia, na Avenida Barão Homem de Melo, nº 2222, 8º andar, sala 802, letra A, Estoril, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30494-080. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade de votos: **(a) aprovar** a re-ratificação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de março de 2018, que aprovou, dentre outras matérias, a 5ª (quinta) emissão de notas promissórias comerciais, em série única, da Companhia ("**Notas Comerciais**"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor total de até R$340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, bem como seus respectivos termos e condições, para fins de consignar e refletir que as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de até 102 (**ce**nto e dois) dias contados da data de emissão das Notas Comerciais ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nas cártulas das Notas Comerciais; **(b) consignar e refletir** que o item (ix) da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de março de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação: "**(ix) Prazo e Data de Vencimento:** as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de até 102 (cento e dois) dias contados da Data de Emissão ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado previstas nas Cártulas"; e **(c) ratificar** todos os demais termos e condições da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1º de março de 2018 não expressamente alterados na presente Reunião. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 21 de março de 2018. Sr. **ALEXANDRE MACHADO VILELA**, Presidente da Mesa; Sra. **MARIA FERNANDA NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA MAIA**, Secretário da Mesa. **RAFAEL NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA**; **ALEXANDRE MACHADO VILELA**; **RICARDO EFROIM ZATS BLAS**. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico registro sob o nº 6558277 em 26/03/2018 da Empresa PRIME INCORPORACOES E CONSTRUCOES S/A, Nire 31300028186 e protocolo 181547295 - 22/03/2018. Autenticação: 17D960D176D74BCD94E954DED516F2D99EC975B6. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

PRESIDENTE OLEGARIO - MG

Data do leilão:16/4/2018 - A partir das: 10:00

Local: DEFRONTE A PREFEITURA MUNICIPAL - PRACA DR CASTILHO, 10, CENTRO, PRESIDENTE OLEGARIO , MG

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matrícula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS ,MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo no prazo impreterível de 08 (oito) dias devidamente corrigido pelo índice que remunera as cadernetas de poupança do dia do aniversário do contrato, sob pena de perda do sinal dado além da comissão legal do leiloeiro.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:192C1- CONTRATO: 8014200009323- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0142 - PATOS DE MINAS

HELENA MARIA DOS SANTOS EVANGELISTA, BRASILEIRO(A), PROFESSORA, CPF 04036447637, CI 11036357-SSSP/MG, CASADO(A) COM **MARCOS ANTONIO EVANGELISTA**, BRASILEIRO(A), TRABALHADOR RURAL, CPF 03716439614, CI 7864326-SSP/MG.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA RESIDENCIAL, A RUA TEREZINHA PINHEIRO DE ARAUJO, Nº 744, LOTE Nº 183, QUADRA 183, SETOR 04, BAIRRO AEROPORTO, EM PRESIDENTE OLEGARIO, COM A AREA CONSTRUIDA DE 49,00M2, AREA DE 300,00M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 43.746,00

VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 64.000,00

PATOS DE MINAS, 24/3/2018

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

ECONOMIA

PREÇO BAIXO DEFINE COMPRA DOS PRESENTES DA PÁSCOA

SEGUNDO PESQUISA, 91,6% DECIDIRÃO CONFORME O VALOR

MAURICIO VIEIRA

PECHINCHA – No Dia da Mentira, consumidor quer mesmo é ter alívio no bolso

DA REDAÇÃO
primeiroplano@hojeemdia.com.br

O consumidor belo-horizontino quer passar o 1º de abril, popularmente conhecido como "Dia da Mentira", tendo na consciência o alívio de ter gasto pouco no domingo de Páscoa. Pesquisa da Federação do Comércio da capital (Fecomércio) mostra que 91,6% daqueles que pretendem presentear na data (que cairá mesmo no dia da Mentira) escolherão as guloseimas conforme o preço. Desses, 53,8% disseram que as promoções constituem o maior atrativo para ir às compras e outros 37,8% serão atraídos por preços que considerem reduzidos.

O restante dos entrevistados informou que o atendimento de qualidade será primordial na decisão de gastar.

Menos consumidores pretendem comprar nessa Páscoa. Conforme o levantamento, 41,2% deles pretendem presentear na data. Ano passado, o índice era de 48,8%. O **Hoje em Dia** já mostrou que, na tentativa de fisgar o comprador, lojas oferecem parcelamento do ovo de Páscoa em até 12 vezes.

"Houve uma queda no indicador de intenção de compra, no entanto, muitos consumidores ainda poderão se decidir pelos presentes de Páscoa com a aproximação da data. Além da melhoria do cenário econômico, o preço mais contido dos produtos neste ano, até mesmo com deflação em alguns itens, deverá ser um incentivo", avalia o economista da entidade, Guilherme Almeida. A pesquisa da Fecomércio mostrou que 12,8% dos consumidores estão indecisos sobre a possibilidade de presentear.

94%

DOS CONSUMIDORES QUE VÃO ÀS COMPRAS ESCOLHERÃO CHOCOLATES, COMO MANDA A TRADIÇÃO

EMPRESAS

Mesmo com menos consumidores dispostos a colocar a mão na carteira, os lojistas estão mais otimistas. A Fecomércio também pesquisou como anda o humor do comércio para as vendas de Páscoa. Na perspectiva das empresas, 76% acreditam em vendas iguais ou melhores que a mesma data de 2017.

Para incrementar os negócios, elas pretendem realizar promoções/liquidações (36,7%), oferecer produtos alternativos ao chocolate (14,3%), investir em propaganda (13,3%), entre outras ações. Um percentual de 4,7% das lojas planeja contratar funcionários.

Conforme a Fecomércio, o tíquete-médio do presente de Páscoa é de R$ 100.

ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS

REGAP RECOLHEU R$ 5,8 BILHÕES EM ICMS

DA REDAÇÃO

A Refinaria Gabriel Passos (Regap) em Betim, que completa nessa sexta-feira 50 anos de instalação em Minas Gerais, foi a responsável pela maior arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do Estado em 2017, com o montante de R$ 5,8 bilhões. Foram recolhidos também, no mesmo ano, R$ 3,5 milhões em Imposto sobre Serviços (ISS).

A refinaria da Petrobras deve investir neste ano R$ 148,8 milhões para ampliar a eficiência operacional. Inaugurada em 1968, hoje a unidade tem capacidade de refino de 166 mil barris/dia, provenientes do pré-sal e dos pós-sal da Bacia de Campos. Há 50 anos, a Regap processava 45 mil barris diariamente.

O petróleo chega à Regap via Terminal de Campos Elíseos (Tecam) pelo duto denominado Orbel II. Os combustíveis produzidos pela refinaria abastecem 52% dos carros e caminhões movidos a diesel e 66% dos veículos a gasolina do Estado. Juntos, gasolina e diesel representam 86% da produção total da unidade.

Todos os combustíveis são certificados pelo laboratório da Regap antes de serem enviados ao mercado. Por dia, mais de 400 análises de gasolina, diesel e outros produtos são realizadas pelos 40 profissionais da Petrobras dedicados às certificações.

"Temos muito orgulho da nossa história em Minas Gerais. Crescemos junto com o Estado e continuamos com planos robustos para a região. Os quase R$ 150 milhões de investimentos previstos vão melhorar nossa eficiência operacional e nossos processos de recuperação de enxofre, além de garantir a segurança por meio das paradas programadas", detalha o gerente geral da Regap, José Alexandrino Machado.

O executivo também destaca a força de trabalho da refinaria, que hoje soma 1.870 trabalhadores próprios e contratados. "Reunimos na Regap pessoas com alta capacidade técnica, que contribuem para os resultados da companhia como um todo", complementa.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO PARANAÍBA, NOROESTE E OESTE DE MINAS LTDA - UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS - CNPJ Nº. 01.727.929/0001-80
NIRE 31400020748

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL 1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÃO

O Presidente da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO PARANAÍBA, NOROESTE E OESTE DE MINAS LTDA. - UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS,** com sede na Rua Agenor Maciel, nº 98, Centro, cidade de Patos de Minas/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.727.929/0001-80, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 13 e 32, III, do estatuto social legais e estatutárias, convoca os associados, que nesta data são em número de 6.682 (Seis mil, seiscentos e oitenta e dois), em pleno gozo de seus direitos sociais, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada no dia 28 de abril de 2018, às 08:00 (oito) horas, na Rua Eduardo Noronha, 159 – Bairro Sobradinho, no Auditório da Associação Médica de Patos de Minas, nesta cidade, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, às 09:00 (nove) horas em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados, e em terceira e última convocação, às 10:00 (dez) horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:

Pauta da AGO
1) Prestação das contas dos órgãos de administração, exercício 2017, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
a) Relatório de Gestão;
b) Balanço;
c) Parecer do serviço de auditoria;
d) Demonstrativos das sobras apuradas;
2) Destinação das Sobras líquidas apuradas;
3) Fixação dos valores dos honorários, gratificações e das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, Comitê de Crédito e Comitê Eleitoral.

Patos de Minas, (MG), 28 de Março de 2018.

Dr. Cristiano Roberto Resende Viana
Presidente da UNICRED INTEGRAÇÃO DE MINAS

Observações: A presente Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á em local diverso da sede por absoluta falta de espaço físico.

SICOOB Crediserv

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA. CNPJ: 01.864.151/0001-50 1/2

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores e Empregados Municipais das Prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano Ltda. – SICOOB CREDISERV, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB CREDISERV completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB CREDISERV obteve um resultado de R$ 1.076.588,50 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,34%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 3.790.150,29. Por sua vez a carteira de crédito comercial representava R$ 16.303.893,03.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 6,25% da carteira, no montante de R$ 1.019.602,96.

4. Captação

As captações, no total de R$ 7.146.890,96, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 22,45%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R$ 548.529,91	7,68%
Depósitos a Prazo	R$ 6.598.361,05	92,32%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 43,75% da captação, no montante de R$ 3.030.638,12.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do SICOOB CREDISERV é de R$11.524.004,99. O quadro de associados é composto por 6.028 Cooperados, havendo um acréscimo de 3,15% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDISERV adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião com os delegados representantes de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito por três anos na AGO de 2016, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDISERV aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDISERV registrou 07 (sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações procedentes e improcedentes, solicitando pedidos de esclarecimento de dúvidas e de providências relacionadas a operações de crédito, distribuição de sobras e conta corrente.

Todas as manifestações, sendo 05 (cinco) improcedentes e 02 (duas) procedentes parcialmente, foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG), 21 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria - Jacó Lampert: Diretor Presidente; **Frederico José de Mattos -** Diretor Administrativo/Financeiro; **Antônio Edison Fernandes de Andrade -** Diretor de Relações Institucionais; **Ademir Roberto -** Conselheiro Administrativo; **Cláudia Regina de Souza -** Conselheiro Administrativo; **Galdino Leles da Silva** - Conselheiro Administrativo; **Luiz Gonzaga Dias -** Conselheiro Administrativo; **Maria Aparecida Monteiro Oliveira -** Conselheiro Administrativo; **Osni Sebastião da Silva -** Conselheiro Administrativo; **Renato Pereira Gomes -** Conselheiro Administrativo; **Robson Aparecido Torrezani -** Conselheiro Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E 2016

A T I V O	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**9.594.417,29**	**7.316.776,69**
Disponibilidades (nota 4)	**58.258,36**	**43.594,23**
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	**3.790.150,29**	**2.389.278,49**
Centralização Financeira - Cooperativas	3.790.150,29	2.389.278,49
Operações de Crédito (Nota 5)	**5.680.613,99**	**4.790.490,42**
Operações de Crédito	6.449.346,45	5.390.151,92
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(768.732,46)	(599.661,50)
Outros Créditos (Nota 6)	**36.618,11**	**59.212,50**
Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.050,84	5.090,87
Rendas a Receber	29.803,46	23.005,70
Diversos	6.814,65	34.320,20
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.050,84)	(3.204,27)
Outros Valores e Bens (Nota 7)	**28.776,54**	**34.201,05**
Despesas Antecipadas	28.776,54	34.201,05
Realizável a Longo Prazo	**9.854.546,58**	**9.173.384,49**
Operações de Crédito (Nota 5)	**9.854.546,58**	**9.173.384,49**
Operações de Crédito	9.854.546,58	9.173.384,49
Permanente	**2.115.297,24**	**2.003.128,89**
Investimentos (Nota 8)	**1.579.049,83**	**1.421.968,08**
Participações em Cooperativas	1.572.349,83	1.415.268,08
Outros Investimentos	6.700,00	6.700,00
Imobilizado em Uso (Nota 9)	**523.260,00**	**555.847,30**
Imóveis de Uso	629.621,82	629.621,82
Outras Imobilizações de Uso	249.986,90	237.611,12
(Depreciações Acumuladas)	(356.348,72)	(311.385,64)
Intangível	**12.987,41**	**25.313,51**
Ativos Intangíveis	83.313,65	83.313,65
(Amortização Acumulada)	(70.326,24)	(58.000,14)
TOTAL DO ATIVO	**21.564.261,11**	**18.493.290,07**

P A S S I V O	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**8.658.808,88**	**7.197.539,31**
Depósitos (Nota 10)	**7.146.890,96**	**5.836.487,23**
Depósitos à Vista	548.529,91	388.947,72
Depósitos a Prazo	6.598.361,05	5.447.539,51
Obrigações Por Empréstimos (Nota 11)	**-**	**474.214,03**
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	474.214,03
Outras Obrigações (Nota 12)	**1.511.917,92**	**886.838,05**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.578,18	733,59
Sociais e Estatutárias	1.145.218,54	651.161,41
Fiscais e Previdenciárias	59.780,63	49.273,62
Diversas	299.340,57	185.669,43
Exigível a Longo Prazo	**1.381.447,24**	**554.143,19**
Obrigações Por Empréstimos (Nota 11)	**1.336.447,28**	**554.143,19**
Empréstimos no País - Outras Instituições	1.336.447,28	554.143,19
Outras Obrigações (Nota 12)	**44.999,96**	**-**
Diversas	44.999,96	-
Patrimônio Líquido (Nota 14)	**11.524.004,99**	**10.741.607,57**
Capital Social	10.549.346,91	9.662.259,99
De Domiciliados no País	10.555.003,91	9.672.469,99
(Capital a Realizar)	(5.657,00)	(10.210,00)
Reserva de Lucros	791.616,65	770.082,37
Sobras Acumuladas	183.041,43	309.265,21
TOTAL	**21.564.261,11**	**18.493.290,07**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Em Reais

Eventos	Capital Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reservas de Sobras Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2015	**8.625.365,73**	**(1.576,00)**	**733.697,88**	**143.273,95**	**9.500.761,56**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado				(142.781,98)	**(142.781,98)**
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(349,14)	**(349,14)**
Incorporação de capital - Ex associados	142,83			(142,83)	
Movimentação de Capital:					**-**
Por Subscrição/Realização	1.247.405,34	(8.634,00)			**1.238.771,34**
Por Devolução (-)	(970.228,61)				**(970.228,61)**
Estorno de Capital				-	
Sobras ou Perdas Líquidas				1.175.656,41	**1.175.656,41**
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(791.825,84)	**(791.825,84)**
Subscrição do Juros ao Capital	770.078,20				**770.078,20**
IRRF sobre Juros ao Capital	(293,50)				**(293,50)**
FATES - Atos Não Cooperativos				(19.988,62)	**(19.988,62)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:				-	
. Fundo de Reserva			36.384,49	(36.384,49)	**-**
. F A T E S				(18.192,25)	**(18.192,25)**
Saldos em 31/12/2016	**9.672.469,99**	**(10.210,00)**	**770.082,37**	**309.265,21**	**10.741.607,57**
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 14)					
Em Conta Corrente do Associado				(304.129,92)	(304.129,92)
Ao Capital	80,88			(80,88)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(5.054,41)	**(5.054,41)**
Movimentação de Capital:					**-**
Por Subscrição/Realização	1.441.603,44	4.553,00			**1.446.156,44**
Por Devolução (-)	(1.366.493,69)				**(1.366.493,69)**
Estorno de Capital	(426,00)				**(426,00)**
Sobras ou Perdas Líquidas				1.076.588,50	**1.076.588,50**
Remuneração de Juros ao Capital: (Nota 16)					
Provisão de Juros ao Capital				(852.290,51)	**(852.290,51)**
Subscrição do Juros ao Capital	808.274,64				**808.274,64**
IRRF sobre Juros ao Capital	(505,35)				**(505,35)**
FATES - Atos Não Cooperativos (Nota 15)				(8.955,14)	**(8.955,14)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					**-**
. Fundo de Reserva			21.534,28	(21.534,28)	**-**
. F A T E S				(10.767,14)	**(10.767,14)**
Saldos em 31/12/2017	**10.555.003,91**	**(5.657,00)**	**791.616,65**	**183.041,43**	**11.524.004,99**
Saldos em 30/06/2017	**9.688.070,26**	**(22.883,65)**	**770.082,37**	**637.739,29**	**11.073.008,27**
Movimentação de Capital:					**-**
Por Subscrição/Realização	709.477,00	17.226,65			**726.703,65**
Por Devolução (-)	(649.886,64)				**(649.886,64)**
Estorno de Capital	(426,00)				**(426,00)**
Sobras ou Perdas Líquidas				438.849,21	**438.849,21**
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(852.290,51)	**(852.290,51)**
Subscrição do Juros ao Capital	808.274,64				**808.274,64**
IRRF sobre Juros ao Capital	(505,35)				**(505,35)**
FATES - Atos Não Cooperativos				(8.955,14)	**(8.955,14)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					**-**
. Fundo de Reserva			21.534,28	(21.534,28)	**-**
. F A T E S				(10.767,14)	**(10.767,14)**
Saldos em 31/12/2017	**10.555.003,91**	**(5.657,00)**	**791.616,65**	**183.041,43**	**11.524.004,99**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Em Reais

Descriminação	Segundo Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**2.453.502,00**	**4.684.377,22**	**4.351.680,88**
Operações de Crédito	2.453.502,00	4.684.377,22	4.351.680,88
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(751.928,57)**	**(1.377.772,19)**	**(1.209.544,38)**
Operações de Captação no Mercado	(246.124,33)	(538.692,53)	(671.118,62)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(69.882,95)	(125.138,65)	(173.987,85)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(435.921,29)	(713.941,01)	(364.437,91)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.701.573,43**	**3.306.605,03**	**3.142.136,50**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	**(1.262.319,31)**	**(2.227.367,24)**	**(1.969.818,98)**
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	10.315,31	34.562,24	35.279,54
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(696.132,84)	(1.380.682,38)	(1.258.953,40)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(660.329,90)	(1.229.774,29)	(963.740,72)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(7.871,41)	(21.325,85)	(19.634,61)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (Nota 17)	21.019,87	194.396,01	120.812,68
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	139.183,11	271.949,49	208.984,32
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota 18)	(68.503,45)	(96.492,46)	(92.566,79)
RESULTADO OPERACIONAL	**439.254,12**	**1.079.237,79**	**1.172.317,52**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	**(164,52)**	**795,47**	**7.365,68**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**439.089,60**	**1.080.033,26**	**1.179.683,20**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(240,39)**	**(3.444,76)**	**(4.026,79)**
Provisão para Imposto de Renda	(112,68)	(1.614,73)	(1.887,56)
Provisão para Contribuição Social	(127,71)	(1.830,03)	(2.139,23)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	**-**	**(41.256,56)**	**(74.565,36)**
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(19.722,28)	(38.180,87)
Reserva Legal		(21.534,28)	(36.384,49)
LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA)	**438.849,21**	**1.035.331,94**	**1.101.091,05**
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 16)	**(852.290,51)**	**(852.290,51)**	**(791.825,84)**
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	**(413.441,30)**	**183.041,43**	**309.265,21**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Em Reais

DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	**439.089,60**	**1.080.033,26**	**1.179.683,20**
IRPJ / CSLL	(240,39)	(3.444,76)	(4.026,79)
Provisão para Operações de Crédito	243.616,76	169.070,96	64.351,35
Provisão de Juros ao Capital	(852.290,51)	(852.290,51)	(791.825,84)
Depreciações e Amortizações	27.934,73	57.289,18	64.314,59
	(141.889,81)	**450.658,13**	**512.496,51**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(914.214,79)	(1.740.356,62)	(973.677,66)
Outros Créditos	27.062,58	22.594,39	23.176,37
Outros Valores e Bens	22.547,15	5.424,51	(7.586,24)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	(3.362,81)	159.582,19	20.422,02
Depósitos a Prazo	833.804,38	1.150.821,54	382.010,37
Outras Obrigações	232.977,94	670.079,83	40.500,47
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(341.724,31)	308.090,06	6.582,89
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**(284.799,67)**	**1.026.894,03**	**3.924,73**
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível			(8.190,00)
Inversões em Imobilizado de Uso	(5.180,80)	(12.375,78)	(11.662,37)
Inversões em Investimentos	(18.339,18)	(157.081,75)	(185.432,41)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**(23.519,98)**	**(169.457,53)**	**(205.284,78)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	726.703,65	1.446.156,44	1.238.771,34
Devolução de Capital à Cooperados	(649.886,64)	(1.366.493,69)	(970.228,61)
Estorno de Capital	(426,00)	(426,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior			
Cotas de Capital à Pagar	-	(5.054,41)	(349,14)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(304.129,92)	(142.781,98)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(8.955,14)	(8.955,14)	(19.988,62)
FATES Sobras Exercício	(10.767,14)	(10.767,14)	(18.192,25)
Subscrição do Juros ao Capital	808.274,64	808.274,64	770.078,20
IRRF sobre Juros ao Capital	(505,35)	(505,35)	(293,50)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**864.438,02**	**558.099,43**	**857.015,44**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**556.118,37**	**1.415.535,93**	**655.655,39**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	3.292.290,28	2.432.872,72	1.777.217,33
No Fim do Período (Nota 3 - c)	3.848.408,65	3.848.408,65	2.432.872,72
Variação Líquida das Disponibilidades	**556.118,37**	**1.415.535,93**	**655.655,39**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12 DE 2017 E 2016

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA. - SICOOB CREDISERV, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/05/1996, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de MG – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDISERV possui escritórios nas seguintes localidades: Ibirité, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

O SICOOB CREDISERV tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridos, demonstradas em nota explicativa. Também foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 31/01/2018. necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para c

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

d) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

e) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

f) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

h) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA. CNPJ: 01.864.151/0001-50

2/2

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.196.952,00	4.249.832,44	9.854.546,58	16.301.331,02
TOTAL	2.196.952,00	4.249.832,44	9.854.546,58	16.301.331,02

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2017	% da Carteira
Pessoa Física	2.562,01	16.229.804,60	16.232.366,61	99,56%
Outros	0,00	71.526,42	71.526,42	0,44%
TOTAL	**2.562,01**	**16.301.331,02**	**16.303.893,03**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	602.865,54	535.309,90
Constituições / Reversões	713.583,04	363.645,65
Transferência para prejuízo	(547.716,48)	(296.090,01)
TOTAL	**768.732,10**	**602.865,54**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017%	Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	71.526,42	0,44%	63.637,64	0,44%
10 Maiores Devedores	569.606,26	3,49%	541.281,86	4,00%
50 Maiores Devedores	2.042.191,35	12,52%	1.918.316,48	13,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.128.870,38	972.609,88
Valor das operações transferidas no período	547.716,48	296.090,01
Valor das operações recuperadas no período	(108.694,49)	(139.829,51)
TOTAL	**1.567.892,37**	**1.128.870,38**

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a depositantes	237,65	240,14
Empréstimos	4.563.399,00	4.193.536,26
Financiamentos	0,00	10,00
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	120.740,57	159.065,45
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	0,00	(1.170,97)
Total	4.684.377,22	4.351.680,88

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	1.050,84	5.090,87
Rendas a Receber (a)	29.803,46	23.005,70
Diversos (b)	6.814,65	34.320,20
(-) Provisões para Outros Créditos	-1.050,84	-3.204,27
TOTAL	**36.618,11**	**59.212,50**

(a) Refere-se a rendimentos da centralização financeira (R$28.618,96) e rendas de serviços prestados (R$1.184,50).

(b) Referem-se a adiantamento de férias (R$4.442,43), Adiantamentos para despesas diversas (R$1.178,00), impostos A Compensar (R$11,58), Saldo Fundo fixo (R$238,90) e outras pendências (R$943,74).

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	28.776,54	34.201,05
TOTAL	**28.776,54**	**34.201,05**

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, serviços de auditoria, vale refeição e vale transporte.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	990.163,23	920.383,23
Participações inst financ controlada coop crédito	582.186,60	494.884,85
Outros Investimentos	6.700,00	6.700,00
TOTAL	1.579.049,83	1.421.968,08

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	15.635,74	15.635,74	
Edificações	613.986,08	613.986,08	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-174.610,35	-150.050,79	
Móveis e equipamentos de Uso	139.853,87	134.915,07	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-92.335,68	-79.458,49	
Sistema de Comunicação	12.688,64	12.688,64	10%
Sistema de Processamento de Dados	70.154,27	62.717,29	20%
Sistema de Segurança	27.290,12	27.290,12	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-89.402,69	-81.876,36	
TOTAL	**523.260,00**	**555.847,30**	

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	548.529,91	388.947,72
Depósito a Prazo	6.598.361,05	5.447.539,51
TOTAL	**7.146.890,96**	**5.836.487,23**

Os depósitos, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	289.490,47	4,00%	258.372,18	5,00%
10 Maiores Depositantes	2.053.687,54	30,00%	1.690.663,66	30,00%
50 Maiores Depositantes	4.572.612,68	66,00%	3.857.396,53	68,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	-529.074,70	-662.652,91
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-9.617,83	-8.465,71
TOTAL	**-538.692,53**	**-671.118,62**

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	120%-CDI	17/01/2020	554.753,08	755.379,65
Cooperativa Central	110%-CDI	16/05/2017	0,00	213.290,35
Cooperativa Central	104%-CDI	20/06/2019	781.694,20	0,00
Caixa Econômica Federal	14,037%-a.a.	19/08/2019	0,00	59.687,22
TOTAL			**1.336.447,28**	**1.028.357,22**

12. Outras Obrigações

Descrição	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.578,18	733,59
Sociais e Estatutárias	1.145.218,54	651.161,41
Fiscais e Previdenciárias	59.780,63	49.273,62
Diversas	344.340,53	185.669,43
TOTAL	**1.556.917,88**	**886.838,05**

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados (a)	10.837,24	20.377,14
Resultado de Atos com Não Associados (a)	8.955,14	20.309,25
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.125.426,16	610.475,02
TOTAL	**1.145.218,54**	**651.161,41**

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	1,69	0,00
Impostos e contribuições a recolher	59.778,94	49.273,62
TOTAL	59.780,63	49.273,62

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (c)	36.763,79	0,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1.806,33	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	118.000,20	96.119,83
Provisão para Passivos Contingentes	44.999,96	1.266,98
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	775,91	0,00
Credores Diversos – País (b)	141.994,34	88.282,62
TOTAL	**344.340,53**	**185.669,43**

(a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com férias e seus encargos (R$76.039,78) e outras despesas administrativas (R$41.960,32) tais como: auditoria externa, assessoria técnica, segurança, propaganda, serviço de limpeza, seguros e energia.

(b) Refere-se a repasses de Autarquias e das Prefeituras Municipais regularizados em janeiro/2018 (55.132,39), créditos de terceiros (R$10.970,57), credores por encerramento de conta corrente (R$49.539,23), mensalidade Cecremge (R$16.414,04), pendências a regularizar (R$3.731,51) e pagamentos a processar (6.206,60).

(c) Refere-se ao saldo devedor do contrato de financiamento nº 116670000584-0 junto a Caixa Econômica Federal.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDISERV opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$882.533,92 com recursos provenientes da integralização de cotas partes pelos seus associados e também pelos juros pagos ao capital.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	10.549.346,91	9.662.259,99
Associados	6.028	5.844

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2017, os cooperados deliberaram pela devolução em Conta Corrente das sobras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, no valor de R$ 309.265,21.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2017	2016
Sobra líquida do exercício	224.297,99	383.830,57
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(8.955,14)	(19.988,62)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	215.342,85	363.841,95
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(21.534,28)	(36.384,49)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(10.767,14)	(18.192,25)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	183.041,43	309.265,21

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços com não associados	12.399,91	24.012,44
(-) Despesas de IRPJ sobre atos não cooperativos	(1.614,74)	(1.886,17)
(-) Despesas de CSSL sobre atos não cooperativos	(1.830,03)	(2.137,65)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	8.955,14	19.988,62

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	41.451,75	4.836,11
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	1.766,38	0,00
Reversão de Outras Provisões Operacionais	0,00	0,00
Rendas Juros Cartão de Crédito	3.810,25	0,30
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	69,74	325,28
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	1.583,48	246,09
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	1.182,29	79,15
Dividendos	68.958,30	50.073,26
Outras Rendas Operacionais	75.573,82	65.252,49
TOTAL	**194.396,01**	**120.812,68**

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-35.342,57	-59.708,04
Provisão para Passivos Trabalhistas	-39.999,96	0,00
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-141,34	-60,15
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-33,13	-18,36
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-19.683,74	-21.396,26
Outras Despesas Operacionais	-16,41	-10.709,97
Provisão para Garantias Prestada	0,00	-674,01
Garantias Financeiras Prestadas	1.275,31	0,00
TOTAL	**-96.492,46**	**-92.566,79**

18.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	-538.692,53	-671.118,62
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-125.138,65	-173.987,85
Provisões para operações de crédito	-713.941,01	-364.437,91
TOTAL	**-1.377.772,19**	**-1.209.544,38**

19. Resultado não operacional

Descrição	2017	2016
Ganhos de Capital	2.499,53	18.021,08
Outras Rendas não Operacionais	790,54	0,00
(-) Perdas de Capital	-2.494,60	-10.655,40
Resultado Líquido	795,47	7.365,68

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R$ 64.490,25	0,54%

MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R$ 159.723,57	4,45%

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	20,45	0,20	0,00%
Empréstimo e financiamento	71.280,33	4.148,46	0,44%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	796.404,64	12,10%	94% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	6% a.m.	6% a.m.
Empréstimos	1,27% a.m. até 2,87% a.m.	1,27% a.m. até 2,87% a.m.
Aplicação Financeira	94% CDI	94% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito pessoal são avais.

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COOBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R$)

Pessoa Física	6.254,43

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R$)

Honorários	214.973,76
Gratificação da Diretoria	28.875,36
Cédula de Presença	80.214,30
Encargos Sociais	74.990,40

21. Cooperativa Central

O SICOOB CREDISERV, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 04)	3.790.150,29	2.389.278,49
Ativo Permanente - Investimentos (nota 08)	990.163,23	920.383,23
Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses (nota 12)	1.336.447,28	968.670,00

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 31/12/2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28/02/2018 com opinião sem modificação.

22. Gerenciamento de Risco

22.1 Risco Operacional

1. As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

2. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

3. As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

6. Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Crediserv objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Crediserv aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Crediserv possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

22.3 Risco de Crédito

1. O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Crediserv objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Crediserv aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Crediserv possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 Gerenciamento de Capital

1. A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Crediserv objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Crediserv aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

25. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos				
Trabalhistas	39.999,96	0,00	0,00	0,00
Outros	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**44.999,96**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

26. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

BELO HORIZONTE-MG, 21 de fevereiro de 2018.

Jacó Lampert Diretor Presidente

Frederico José de Mattos Diretor Administrativo/Financeiro

Antônio Edison Fernandes de Andrade Diretor de Relações Institucionais

Cristiane Martins Ferreira dos Santos Contadora CRC-MG 115000/O

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores e Empregados Municipais das Prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano Ltda. – SICOOB CREDISERV

Belo Horizonte / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores e Empregados Municipais das Prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano Ltda. – Sicoob Crediserv, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediserv em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG

ADIA ABERTURA DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial n.º 16/2018 – em função de alterações promovidas no descritivo dos itens 03 e 13 do Termo de Referência. A data de abertura ocorrerá no dia **16/04/2018**, as 09hs30mn, no Setor de Compras, a Rua Antônio Dias dos Santos, 148, Centro, Sarzedo/MG. O edital, anexos e alteração formalizada em Esclarecimento II encontram-se a disposição no site da Prefeitura www.sarzedo.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail comprassaude@sarzedo.mg.gov.br.

Sarzedo/MG, 27 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

A Prefeitura Municipal de Carangola/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços nº 004/2018, Processo Licitatório nº 031/2018. Tipo Menor Preço Global, Cujo objeto é Contratação de empresa para execução da obra de Reforma da Casa do Aconchego do Município de Carangola, conforme Projeto Básico. O Edital encontra-se disponível no setor de Licitações e Contratos, em dias úteis, de 13:00 às 17:00 horas e no site www.carangola.mg.gov.br. Os envelopes contendo as documentações e as propostas deverão ser entregues até às 09h00min do dia 16/04/2018, na sede da Prefeitura Municipal. A sessão terá início às 09h30min do mesmo dia. Carangola/MG, 26 de março de 2018. Mais informações (32) 3741-9604.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Piranga

Edital de Leilão 002/2018– **Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão em 16/04/2018, às 13:00 horas, no Poliesportivo- Rua José Milagres Júnior, s/n, Centro, Piranga/MG, seus bens inservíveis Veículo, máquinas e implementos agrícolas. Local de visitação: Área de Eventos- Rua José Milagres Júnior, s/n, Centro, Piranga/MG. Dias de visitação: 09/04/2018 a 16/04/2018 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001.

EDITAL CONTRIBUIÇAO SINDICAL 2018 SINTIBOR/MG

Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha, Borracharias, Vulcanizadoras, e Recauchutadoras de Pneus no Estado de Minas Gerais, em obediência ao disposto nos Arts. 578, e, 600 da CLT, e, Art. 8º Inciso IV da Constituição Federal, comunica as empresas, e, empregadores (as) da categoria econômica, Artefatos de Borracha, Borracharias, Vulcanizadoras, e Recauchutadoras de Pneus e pneumáticos em geral, da obrigatoriedade de descontar um dia de salário de todos (as) os empregados (as) no mês de março de 2018, repassando o total descontado ao **SINTIBOR/MG,** até o dia 30/04/2018, através de guias de recolhimento da Contribuição Sindical (GRCS), preferencialmente junto a Caixa Econômica Federal. As guias podem ser solicitadas gratuitamente na sede sindical do **SINTIBOR/MG,** á Rua João Gomes Cardoso, nº 1540, Bairro Eldorado, Contagem/MG, tel. (31)3391-5859, (31)3356-2079, ou pelo e-mail, **sintibordiretoria@outlook.com**. Após o vencimento é cobrado 10% de multa nos 30 primeiros dias, com adicional de 2%, por mês subsequente de atraso, juros de mora de 1% ao mês, ou fração, e correção monetária. O recolhimento é compulsório, em caso de atraso ou não recolhimento das empresas e empregadores (as) ficam impedidas de participarem de concorrências e, licitações, não obtendo documentação de quitação de tributos federais, a partir de 30/04/2018, todos os acréscimos, incluindo cobrança judicial é de responsabilidade das empresas e empregadores (as) inadimplentes.

CONTAGEM/MG, 12 DE MARÇO DE 2018.

PAULO ANTONIO DA SILVA.
PRESIDENTE.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
BELO HORIZONTE /MG

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 26/03/18, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:1D964 - CONTRATO: 8009400009100 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 0094 - GUAJAJARAS

ENDERECO DO IMÓVEL:RUA NISIO BATISTA OLIVEIRA, Nº381, AP 201, NOVO SAO LUCAS - BELO HORIZONTE - MG.

CRISTIANO GONCALVES VALENTE, BRASILEIRO(A),BANCARIO CPF: 84153253634, CI: M-4375554-SSP/MG CASADO(A) COM ELDA CORREA DAVID VALENTE, BRASILEIRO(A), BANCARIA, CPF: 83981659600.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
BELO HORIZONTE /MG

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 26/03/18, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:1DAA3 - CONTRATO: 8142201000216 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1422 BETANIA

ENDERECO DO IMÓVEL:RUA JOSE DO PATROCINIO(RUA DR ANTONIO GONÇALVES DE MATOS,55 E 67), Nº 377 E 389, APTO 303, BLOCO 01, SANTA MONICA - BELO HORIZONTE - MG.

GERSON SOUZA BATISTA, BRASILEIRO(A), DESPACHANTE, CPF: 03092036603, CI: MG-7319593 SSP/MG CASADO(A) COM **MARCIA CRISTINA GOMES BATISTA**, BRASILEIRO(A), VENDEDORA, CPF: 03053039613,CI: 6998933 SSP/MG.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

MRL engenharia

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ: Nº 02.578.564/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, **A MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A**. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A administração da MRL agradece aos acionistas, aos clientes e fornecedores e às instituições financeiras pelo apoio e confiança. E aos seus colaboradores pela dedicação e empenho.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTANDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em R$ mil)

ATIVO	31/12/17	31/12/16 (Reapresentado)
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	**30.246**	2.319
Títulos e valores mobiliários	**50.111**	730
Contas a receber	**5.590**	3.877
Estoque	**30.917**	-
Outros	**5.619**	1.758
Total do ativo circulante	**122.483**	8.684
NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber	**27.563**	1.142
Outros	**1.032**	511
Investimentos:		
Participações societárias	**186.551**	184.323
Imobilizado	**1.907**	1.898
Intangível	**209**	208
Total do ativo não circulante	**217.262**	188.082
TOTAL DO ATIVO	**339.745**	196.766

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/17	31/12/16
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	**2.405**	3.731
Empréstimos, financiamentos	**59.259**	78.562
Salários, encargos sociais e benefícios	**3.650**	3.328
Impostos e contribuições a recolher	**624**	405
Obrigações com empresas ligadas	**4.820**	7
Contas a pagar de terrenos	**27.871**	-
Outras contas a pagar	**133**	51
Total do passivo circulante	**98.762**	86.084
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos	**239.319**	97.815
Provisão para contingências	**156**	63
Contas a pagar por aquisição de terrenos	**890**	-
Total do passivo não circulante	**240.365**	97.878
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	**12.906**	12.864
Prejuízos acumulados	**(12.201)**	27
Ajuste de avaliação patrimonial	**(87)**	(87)
Total do patrimônio líquido	**618**	12.804
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**339.745**	196.766

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em R$ mil)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.811	840	8.960	(87)	-	22.524
Aumento Capital -Stock Options	53	-	-	-	-	53
Ações em Tesouraria	-	-	9	-	-	9
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.297)	(9.297)
Absorção Prejuízo	-	(813)	(8.484)	-	9.297	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos - ações preferenciais reserva legal	-	-	(485)	-	-	(485)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	12.864	27	-	(87)	-	12.804
Aumento Capital -Stock Options	42	-	-	-	-	42
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(12.228)	(12.228)
Absorção Prejuízo	-	(27)	-	-	27	-
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos - ações preferenciais reserva legal	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**12.906**	**-**	**-**	**(87)**	**(12.201)**	**618**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em R$ mil)

	31/12/17	31/12/16 (Reapresentado)
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**(44)**	-
Outras receitas	**601**	(572)
	557	(572)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**(68)**	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(4.549)**	(3.256)
	(4.617)	(3.256)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(4.061)**	(3.828)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**(851)**	125
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**(4.912)**	(3.703)
VALOR ADICIONADO DO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	**20.966**	26.700
Receitas financeiras	**4.434**	1.829
	25.400	28.529

	31/12/17	31/12/16 (Reapresentado)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**20.488**	24.826
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**20.488**	24.826
Pessoal:	**2.669**	4.535
Remuneração direta	**(1.116)**	3.253
Benefícios	**2.499**	755
F.G.T.S	**1.286**	527
Impostos, taxas e contribuições:	**3.801**	2.502
Federais	**3.687**	2.450
Estaduais	**11**	1
Municipais	**103**	51
Remuneração de capitais de terceiros:	**26.246**	27.086
Juros	**26.596**	23.991
Aluguéis	**535**	483
Arrendamento mercantil	**-**	-
Outros	**(885)**	2.612
Remuneração de Capitais Próprios:	**(12.228)**	(9.297)
Dividendos	**-**	-
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	**(12.228)**	(9.297)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016 - (Em R$ mil)

	31/12/17	31/12/16 (Reapresentado)
RECEITA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	-
Descontos, abatimentos e devoluções	-	-
Impostos incidentes sobre vendas	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS	-	-
LUCRO BRUTO	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	**(314)**	(190)
Despesas gerais e administrativas	**(8.711)**	(9.410)
Outras receitas \ Despesas operacionais, líquidas	**696**	(1.462)
Resultado em participação societária	**20.966**	22.706
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**12.637**	11.644
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	**(29.033)**	(22.814)
Receitas financeiras	**4.168**	1.873
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(12.228)**	(9.297)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(12.228)**	(9.297)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em R$ mil)

	31/12/17	31/12/16 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(12.228)**	(9.297)
Depreciação e amortização	**851**	125
Resultado financeiro	**27.224**	28.415
Resultado em participação societária	**(20.966)**	(22.706)
Caixa Gerado nas Operações	**(5.119)**	(3.463)
Aumento nos ativos operacionais:		
(Aumento) redução de contas a receber e partes relacionadas	**(28.133)**	(908)
(Aumento) redução de imóveis a comercializar	**(30.917)**	-
(Aumento) redução de outros ativos	**(4.382)**	254
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Aumento (redução) de fornecedores	**(1.326)**	2.339
Aumento (redução) de salários, encargos sociais e benefícios	**322**	1.057
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições	**219**	(73)
Aumento (redução) de adiantamentos de clientes	**-**	-
Aumento (redução) de contas a pagar de terrenos	**-**	-
Aumento (redução) de outros passivos	**28.843**	(77)
Juros pagos	**(25.859)**	(27.562)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(61.233)**	(24.970)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento em títulos e valores mobiliários	**(46.970)**	(721)
Aumento Líquido com a opção de ações	**42**	62
Redução (aquisição/aporte) em investimentos	**18.738**	11.656
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	**(861)**	(201)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(29.051)**	10.796
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) de déditos com empresas ligadas	**4.690**	(13.013)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	**257.118**	60.270
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(138.479)**	(77.299)
Dividendos pagos	**-**	(548)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**123.330**	(30.589)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**27.927**	(48.226)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**2.319**	50.545
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**30.246**	2.319
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27.927	(48.226)

DIRETORIA

RICARDO EFROIM ZATZ BLAS
Diretor Presidente

LUIZ EDUARDO ALVES MACHADO
Diretor Técnico

Mateus Ferreira Pinto
Contador responsável - CPF: 062.771.006-96 - CRC SP: 253680/O-5 T-MG

www.blas.com.br

PREF. MUNICIPAL DE PATIS-MG

A Prefeitura Mun. de Patis-MG torna público o **CANCELAMENTO da publicação do 7º T. Aditivo ao Contrato nº 174/2014** firmado entre esta Prefeitura e a empresa Aliança Estr. Metál. e Const. Ltda no jornal e diários: Hoje no Dia, DOEMG e DOU, publicado no dia 1º/02/18.

Valmir Morais de Sá - Prefeito Municipal.

PREF. MUNICIPAL DE PATIS-MG
AVISOS DE LICITAÇÃO

Proc. Lic. 026/18 – **Pregão P. 011/18.** Contratação de empresa para aquisição de computador e condicionador de ar. **Entr. Envel.: Até às 07:50hs. do dia 10/04/2018 c/ abert. neste mesmo dia às 08:00hs**. Infor: (38)3239-8131 ou 8120. Retirada do edital gratuit. no Portal: patis.mg.gov.br

Érica Katiane M. dos Santos
Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA

Aviso de Licitação Edital Tomada de Preços nº 002/2018. A Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL), torna público para o conhecimento dos interessados que no dia 13 de abril de 2018, às 14:30 horas, realizara Tomada de Preços nº 002/2018. Objeto: Recapeamento Asfáltico em CBUQ, em diversas vias da sede do Município, Contrato de Repasse nº 849678/2017/M.CIDADES/CAIXA. Informações Telefone (038) 3675 8164. Natalândia/MG 26 de Março de 2018, (a) ALCIDES RIBEIRO DOS SANTOS – Presidente de CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGAO PRESENCIAL 018/2018**, cujo objeto é fornecimento de **CARNES BOVINA E SUINA, AMBAS COM CONGELAMENTO IQF**, mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS, conforme especificações do ANEXO I do edital**. A abertura está prevista para o dia **12/04/2018, às 08:30 horas**. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia **12/04/2018**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00** hs., ao preço de R$ 10,00 **mais taxa de expediente**, ou no site: www.mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5829 – 3537.5805

Sérgio Guimarães Leite, Assessor de Licitações e Contratos.
Mateus Leme, 27 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ/MG

PA 058/2018 PP 012/2018 Obj: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços tecnológicos de infraestrutura de comunicação, contemplando links de internet, pontos de interconexão Lan to Lan, solução de segurança e taxas de instalação. Credenciamento 10/04/2018 de 09:00 às 09:15 Abertura: 10/04/2018 às 09:15. Edital disponível site www.ibirite.mg.gov.br

COMPANHIA IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA BELO HORIZONTE
C I C O B E

CNPJ/MF: 17.276.825/0001-36 - Convocação - Convocamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária se realizar às 15:30 horas do dia 20 de abril de 2.018, na sede da empresa, à rua Goitacazes, 52 - 1º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a remuneração dos administradores, a partir de maio de 2018; as demonstrações financeiras e o relatório da diretoria relativos ao exercício de 2.017. Belo Horizonte, 14 de março de 2.018. a) Conselho de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO

Câmara Municipal de Contagem – MG. Concorrência nº 002/2018. Processo licitatório nº 020/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 04 de maio de 2018, às 14h00min, em sua sede, na Praça São Gonçalo nº 18, Centro, Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, licitação na modalidade Concorrência, tipo menor preço, tendo por objeto a contratação de empresa de engenharia para serviços de reforma da fachada, subsolo, telhado e estacionamento da Câmara Municipal de Contagem. O texto integral do edital (contendo todas as informações sobre o certame) encontra-se à disposição dos interessados no site: http://www.cmc.mg.gov.br e pelo e-mail compras@cmc.mg.gov.br - Comissão Permanente de Licitação, telefone: (31) 3198-5141 e (31) 3359-8700 ou Pessoalmente no endereço: Praça Silviano Brandão, nº 17, Diretoria de Compras, licitações e Contratos, Centro, Contagem /MG, no horário de 12h00min as 18h00min, de segunda a sexta-feira. Viviane Silva Diniz - Presidente da Comissão de Licitação.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG - Tomada de Preços nº 001/2018. Procedimento Licitatório nº 023/2018. Sessão Oficial dia 18/04/2018 às 08:00 horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Individuais das Propriedades – PIP´s habilitadas no "Projeto Oásis – Nascentes de Pimenta" correspondente à uma área de 1.388,30 hectares nos termos do Contrato de Repasse 821.695/2015/ANA/CAIXA/SICONV 821.695. O Edital poderá ser solicitado pelo email: licitapta@gmail.com ou retirado na sede da Prefeitura Municipal. Informações pelo telefone **(37) 3324-1057. Pimenta/MG, 27 de Março de 2018. Rinaldo Nicodemos Teixeira – Presidente da Comissão de Licitação.**

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG

O Hospital Municipal Dr. Gil Alves, através de sua Pregoeira torna público que fará realizar no dia 10/04/2018, às 08:00 (Oito horas) licitação na modalidade Processo Licitatório nº 010/2018, Pregão Presencial nº 009/2018, objetivando o registro de preço para futura e eventual aquisição de gases medicinais para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gil Alves do município de Bocaiúva/MG, conforme especificações constantes no edital. O Hospital Municipal Dr. Gil Alves, através de sua Pregoeira torna público que fará realizar no dia 10/04/2018, às 14:00 (Quatorze horas) licitação na modalidade Processo Licitatório nº 011/2018, Pregão Presencial nº 010/2018, objetivando o registro de preço para futura e eventual aquisição de laticínios para atender as necessidades do Hospital Municipal Dr. Gil Alves do município de Bocaiúva/MG, conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3251-6557 - e-mail: licitacoes1.hga@gmail.com .

Pregoeira: Camila Emanuele Leal Martins

DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
CNPJ/MF 16.614.075/0001-00 - NIRE: 313.000.258-37
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2018

1. Data, hora e local: Realizada aos 26 dias do mês de março de 2018, às 10:00 horas, na sede operacional da Companhia, na Rua dos Otoni, nº 177, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.150-270. **2. Convocação e Presença**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo-se verificado quorum de instalação e aprovação, e dispensando-se, portanto, a convocação. Participaram, na condição de convidados, portanto sem direito a voto, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Jose Carlos Wollenweber Filho, o auditor independente da PricewaterhouseCoopers, o Sr. Guilherme Campos e Silva e o membro do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. Bruno Lage de Araujo Paulino. **3. Mesa:** Presidente: Wilson Nélio Brumer. Secretário: Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) o relatório da Administração, a prestação de contas da Diretoria, as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) a destinação do resultado da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) a remuneração global anual da administração para o exercício social de 2018; (iv) a aprovação do orçamento corporativo proposto pela Diretoria para o exercício social de 2018; (v) convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. **5. Deliberações**: Todas as seguintes deliberações foram tomadas pela unanimidade dos conselheiros presentes: **5.1.** Aprovar o relatório da Administração, a prestação de contas da Diretoria, as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os quais ficarão arquivados na sede social da Companhia e serão oportunamente publicados, em conformidade com a legislação aplicável. As referidas prestações de contas e demonstrações financeiras deverão ser submetidas à aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos moldes do inciso III, artigo 122, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"). **5.2.** Considerando que a Companhia não apurou lucro líquido, os conselheiros propõem que seja aprovado em sede de Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realização da absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$ 143.780.188,23 (Cento e quarenta e três milhões, setecentos e oitenta mil, cento e oitenta e oito reais e vinte e três centavos), na conta de Reservas de Lucros Acumulados. **5.3.** Aprovar a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2018, a ser submetida para aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76, no valor de até R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). **5.4.** Aprovar o orçamento corporativo da Companhia para o exercício social de 2018, conforme proposta ora apresentada pela Diretoria, o qual fica arquivado junto à Companhia; **5.5.** Aprovar a convocação, nos termos do artigo 20, alínea "e", do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, a qual será convocada nos termos e prazos da lei. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos. Wilson Nélio Brumer - Presidente; Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo – Secretário. Conselheiros: Ricardo Valadares Gontijo, Ana Lúcia Ribeiro Valadares Gontijo, Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo, Ana Carolina Ribeiro Valadares Gontijo, Luiz André Rico Vicente, Wilson Nélio Brumer, Paulo Nobrega Frade. Convidados: Jose Carlos Wollenweber Filho, Guilherme Campos e Silva, Bruno Lage de Araujo Paulino. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Belo Horizonte, 26 de março de 2018. **Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de João Monlevade torna pública licitação na modalidade Pregão 11/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS não padronizados pela Assistência Farmacêutica do SUS, no Município de João Monlevade. Data de abertura: 13/04/2018 às 08:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações para cópia magnética e no site do município (www.pmjm.mg.gov.br). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações). João Monlevade, 27 de março de 2018. Maria do Socorro Silva Filgueiras Secretária Municipal de Administração

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de João Monlevade torna pública licitação na modalidade Pregão 10/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA, fornecidos através de processo judicial à pacientes do município de João Monlevade. Data de abertura: 12/04/2018 às 08:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações para cópia magnética e no site do município (www.pmjm.mg.gov.br). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações). João Monlevade, 27 de março de 2018. Maria do Socorro Silva Filgueiras Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 009-2018

A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que se destina a **Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de cosméticos, suplementos alimentares, produtos para saúde e manipulados, visando atender as ordens judiciais e extraordinárias da Secretaria Municipal de Saúde.** Data de Credenciamento/recebimento das propostas/documentação: dia 12/04/2018 às 14h:00min, na Av. Mário Rodrigues Pereira - 10 – Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG. Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestadas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo telefone (31) 3769-2533 no horário de 12:00 às 16:00 horas. O edital poderá ser retirado pelo site: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br.

Conselheiro Lafaiete, 27/03/2018
Rosangela Ramalho– Pregoeira da CPL

PRIME INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.
CNPJ: 00.409.834/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A **PRIME Incorporações e Construções S.A**. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.Em 2016 e 2017 Administração adotou medidas que objetivam a recuperação da lucratividade das nossas operações.
A Administração da PRIME agradece aos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e às instituições financeiras pelo apoio e confiança.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	2017	2016 (Reapresentado)
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	**1.938**	824
Títulos e valores mobiliários	**4.130**	340
Contas a receber	**6.625**	1.828
Imóveis a comercializar	**-**	-
Outros ativos	**1.675**	1.961
Total do ativo circulante	**14.368**	4.953
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:		
Créditos com empresas ligadas	**33.226**	-
Créditos com partes relacionadas	**12.170**	8.531
Outros	**2.175**	6.274
Total do realizável a longo prazo	**47.571**	14.805
Investimentos:		
Participações societárias	**174.184**	160.362
Imobilizado	**3.792**	4.304
Intangível	**14**	39
Total do ativo não circulante	**225.561**	179.510
TOTAL DO ATIVO	**239.929**	184.463

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE		
Fornecedores	**2.609**	2.859
Empréstimos, financiamentos	**345.982**	275.600
Salários, encargos sociais e benefícios	**1.891**	1.366
Impostos e contribuições a recolher	**533**	97
Adiantamentos de clientes	**-**	-
Obrigações com empresas ligadas	**22.533**	1.511
Outras contas a pagar	**55**	625
Total do passivo circulante	**373.603**	282.058
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos	**384**	42.132
Total do passivo não circulante	**384**	42.132
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		
Capital social	**46.631**	46.629
Prejuízo acumulado	**(180.689)**	(186.356)
Total do patrimônio líquido	**(134.058)**	(139.727)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	**239.929**	184.463

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) DA CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em milhares de reais - R$)

		Reservas de Lucros			
	Capital Social	Legal	Lucros a Realizar	Lucros / (Prejuizos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	46.629	-	-	(148.738)	(102.109)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(37.618)	(37.618)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	46.629	-	-	(186.356)	(139.727)
Aumento Capital - Stock Options	2	-	-	-	2
Lucro do exercício	-	-	-	5.667	5.667
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	46.631	-	-	(180.689)	(134.058)

DIRETORIA

Alexandre Machado Vilela
Diretor Presidente

José Luis Meireles
Diretor

Mateus Ferreira Pinto
Contador responsável
CPF: 062.771.006-96 - CRC SP: 253680/O-5 T-MG

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em milhares de reais - R$)

	2017	2016 (Reapresentado)
RECEITA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	**-**	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos incidentes sobre vendas	**-**	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**-**	-
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS	**-**	-
LUCRO BRUTO	**-**	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	**6**	(21)
Despesas gerais e administrativas	**(9.209)**	(8.573)
Outras receitas operacionais, líquidas	**13.907**	(544)
Resultado em participação societária	**37.478**	9.566
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**42.182**	428
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	**(41.316)**	(39.800)
Receitas financeiras	**4.801**	1.754
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**5.667**	(37.618)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	**-**	-
Diferidos	**-**	-
Total da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	**-**	-
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**5.667**	(37.618)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em milhares de reais - R$)

	2017	2016 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**5.667**	(37.618)
Depreciação e amortização	**942**	591
Resultado financeiro	**37.411**	47.717
Resultado em participação societária	**(37.478)**	(9.566)
Caixa Gerado nas Operações	**6.542**	1.124
Aumento nos ativos operacionais:		
(Aumento) redução de contas a receber e partes relacionadas	**(41.662)**	(4.734)
(Aumento) redução de outros ativos	**4.385**	1.348
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Aumento (redução) de fornecedores	**(250)**	1.157
Aumento (redução) de salários, encargos sociais e benefícios	**525**	985
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições	**436**	(2.059)
Aumento (redução) de outros passivos	**(570)**	1
Juros pagos	**(39.501)**	(39.880)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(76.637)**	(43.182)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento em títulos e valores mobiliários	**(2.525)**	(279)
Aumento Líquido com a opção de ações	**2**	-
Redução (aquisição/aporte) em investimentos	**23.656**	(2.098)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	**(405)**	(3.328)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**20.728**	(5.705)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) de dêditos com empresas ligadas	**20.876**	(41.185)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	**1.086.103**	543.388
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(1.056.498)**	(463.794)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**50.481**	38.409
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.114**	(9.354)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**824**	10.178
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**1.938**	824
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.114**	(9.354)

www.primeconstrucoes.com.br

PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

CNPJ 76.033.539/0001-09 Assembléia Geral Extraordinária . Edital de Convocação Ficam os senhores acionistas convocados para a A.G.E. da Paranasa Engenharia e Comércio s/a, a realizar-se na sede social sita à Rua Prof. Magalhães Drumond, 218, Bairro Sto Antônio, BH/MG às 9:00 hs do dia 04/04/2018, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem mais de 50% do capital social ou, em 2ª convocação às 10:00 hs, com qualquer número de acionistas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia : a) Análise da renegociação dos contratos de financiamento nºs 157.867 e 160.693 celebrados com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG; b) Autorização para constituição de hipoteca de bens imóveis da sociedade para garantia dos contratos mencionados; c) Outros assuntos de interesse social. Belo Horizonte, 26 de Março de 2018. aa) Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial nº 11/2018. Processo de Compra nº 393/2017** – Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Locação de 03 (três) Caminhões ¾, com 01 (um) Motorista, e 02 (dois) Coletores, promovidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente no exercício de 2018. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 11-04-2018 às 14:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166-Centro e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br**. Paracatu, 27 de Março de 2018. **Diego Porfírio de Araújo** - Pregoeiro.

VALLÉE S.A. - CNPJ/MF nº 20.557.161/0001-98 - NIRE 31.300.045.391 - **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B. Vallée S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.557.161/0001-98 ("Companhia"), convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B, a ser realizada em 4 de abril de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais, na Av. Comendador Antônio Loureiro Ramos, 1500 - Distrito Industrial - CEP 39404-620, a fim de deliberar, discutir e votar **(A)** em **Assembleia Geral Extraordinária** sobre: **(A.i)** a homologação do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral da Companhia, realizada em 18/1/2018 ("AGE 18/1/2018"); **(A.ii)** a proposta da administração da Companhia de concentrar todo o capital social da Companhia em ações ordinárias considerando: (a) que a Companhia não tem mais o seu capital aberto; (b) a ausência de necessidade de divisão e subdivisões do seu capital em diferentes classes de ações que confiram direitos diversos para acionistas de tipos e classes diferentes; bem como (c) o interesse dos acionistas em adotar as melhores práticas de governança corporativa. Referida operação ocorrerá através do resgate das Ações Preferenciais pela Companhia, pelo valor de R$ 1,28 (um real e vinte e oito centavos) por ação, sem redução do capital social da Companhia, com fulcro no artigo 44, §1º da Lei das S.A., sendo referidas ações resgatadas canceladas pela Companhia. Entretanto, **a Companhia irá conceder o direito aos acionistas detentores de ações preferencias classe A e ações preferencias classe B de converterem as suas ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia, previamente ao resgate, desde que manifestado expressamente o seu interesse na Assembleia Especial convocada para ocorrer em conjunto com a Assembleia Geral Extraordinária que irá deliberar sobre o resgate das referidas ações preferenciais** ("Proposta da Administração"). Aprovada a Proposta da Administração, essa será submetida para deliberação em Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B e, se aprovada, terá sua execução na mesma data; **(A.iii)** o resgate das ações preferenciais que não sejam convertidas em ações ordinárias, com o seu consequente cancelamento; **(A.iv)** a mudança na designação do cargo do Diretor Tiago de Faria Achcar; e **(A.v)** a adoção de um novo texto para o estatuto social da Companhia; e **(B)** em **Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B** sobre a Proposta da Administração, quando será concedido aos acionistas detentores de ações preferencias a oportunidade de manifestarem seu interesse na conversão de suas ações preferencias em ações ordinárias de emissão da Companhia. **Informações Gerais:** 1. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. 2. Aos acionistas detentores de ações preferencias classe A e ações preferencias classe B será concedido o direito de converterem as suas ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia previamente ao resgate, desde que manifestado expressamente o seu interesse na Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B ora convocada. 3. Os acionistas e/ou seus procuradores deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Especial de Acionistas Preferenciais Classe A e Classe B de posse dos seguintes documentos: **(a)** comprovante de propriedade das ações; **(b)** cópia autenticada do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e **(c)** quando aplicável, instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, observado o disposto no §1º do Art. 126 da Lei nº 6.404/1976. Montes Claros/MG, 27 de março de 2018. **Vallée S.A.**

Cartório de Registro de Imóveis

Comarca de Ribeirão das Neves –MG- Estado de Minas Gerais

Oficial — Substituto

Marisa S.N.O. Andrade — Janice Aleixo Alves

Ribeirão das Neves 28 de dezembro de 2017.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento nº 855553447319-1, Intima o Sr. Marcone Araujo de Oliveira, residente em local incerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em **08/07/2015,** registrado sob o **nº R-2**, e na matrícula **39215** deste serviço referente ao imóvel situado a **Rua Carlindo Costa Ferreira, nº 80, AP 303 BL 2, Bairro: Tropical, CEP:33902510**, Ribeirão das Neves/MG, com saldo devedor em **28/12/2017** Perfaz o montante de **R$ 7.662,73**, relativo as prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, onde devera pagar o debito acima descriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário.

Dado e passado nesta cidade de Ribeirão das Neves.

A Oficial. — Tel... Janice A. Andrade — 2ª Substituta

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Balas, Doces, Conservas Alimentícias, Carnes e Derivados, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte e Região/MG – Edital de recolhimento de contribuição sindical exercício 2018.Pelo presente edital ficam notificadas todas as Indústrias de Panificação, Confeitarias, Massas Alimentícias, Biscoitos, Produtos de Cacau, Balas, Doces, Conservas Alimentícias, Milho, Trigo, Soja, Mandioca, Torrefação e Moagem de Café, Café Solúvel e Rações Balanceadas de Belo Horizonte, Esmeraldas, Juatuba, Florestal, Mateus Leme, Mariana, Ouro Preto, Itabirito, Moeda, Congonhas, Ouro Branco, Barbacena, Betim, Lagoa Santa, Igarapé, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Matozinhos, Vespasiano, Jaboticatubas, Sabará, Caeté, Itabira, Nova Lima, Rio Acima, Raposos, Ibirité, Brumadinho e seus respectivos Distritos e todas as Indústrias de produtos de cacau, balas, doces, conservas alimentícias, milho, trigo, soja, mandioca, torrefação e moagem de café solúvel e rações balanceadas de Contagem/MG, que a título de contribuição sindical prevista no art. 578 e seguintes da CLT, deverão descontar de seus empregados representados por esta entidade sindical, a importância correspondente à remuneração de 1 (um) dia de trabalho, CLT, art.580 I da folha de pagamento relativa ao mês de março do ano de 2018 (CLT, art. 582). O referido desconto deverá ser efetuado até o dia 31 de março de 2018 e recolhido nas agências da Caixa Econômica Federal e ou nos Estabelecimentos por ela credenciados, no mês de abril de 2018. O não recolhimento implicará em multa, juros e correção de acordo com o art. 600 da CLT, em nova redação dada pela lei 6.986 de 13.04.1982. O comprovante de pagamento, acompanhado da relação nominal dos respectivos salários, deve ser remetido a esta entidade sindical no prazo de 30 (trinta) dias após o desconto (Precedente Normativo do TST nº 41). As GRCS - Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical - Serão expedidas às empresas e as que não as receberem até o dia 31 de Março do Corrente ano, deverão solicitá-las ao sindicato, à Rua Curitiba, nº 689 – 13º andar – Bairro Centro – BH/MG. O recolhimento é compulsório conforme determina o art. 578 da CLT. Belo Horizonte, 23 de Março de 2017. Fernanda Maria Ferreira Lopes Sampaio – Presidente.

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO** — ON-LINE E PRESENCIAL — RODOBENS CONSÓRCIO

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616, devidamente autorizado pelos Credores Fiduciários **RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 05 de Abril de 2018 às 12:00 horas**. **Segundo Leilão: dia 12 de Abril de 2018 às 12:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: Fração ideal de 0,4639,** dos Lotes 44 e 45, do Quarteirão 61, do Bairro do Castelo, com área de 640,00 m², que corresponde ao **APARTAMENTO Nº 103**, localizado no 1º pavimento do "**RESIDENCIAL TAMAR ZEMA DE PAIVA**", situado à Elson Nunes de Souza, nº 563, com área privativa real de 77,97 m², área de uso comum real total de 47,74 m² (sendo 20,70 m² de garagem), área total real de 125,71 m². Matrícula nº 103.784 no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 341.333,33. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 184.712,43.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 12 de Abril de 2018, às 12:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, dos débitos de IPTU, Condomínio, Encargos Legais e Contratuais, Prêmios de Seguros e Honorários Advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site **www.biasileiloes.com.br**, até uma hora antes do leilão. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista e em favor da Credora Fiduciária junto ao Banco Bradesco S/A, agência 2042-7, conta corrente 56.469-9, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. **Obs: Os débitos existentes até a data do leilão serão por conta do arrematante.** Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 05% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU em cobrança judicial, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida mais 5% de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pela anterior proprietária. Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o comprador assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Maiores informações: (11) 4083-2575 / www.biasileiloes.com.br

SOLAR COMUNICAÇÕES S/A

CNPJ: 21.561.725/0001-29

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados aos Srs. Acionistas da Solar Comunicações S/A, CNPJ: 21.561.725/0001-29, para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada, em sua sede social, à Alameda Pássaros da Polônia nº 35, Santa Luzia, Juiz de Fora, MG, às 14h00min do dia 27/04/2018, em 1ª convocação, com a presença mínima de 2/3 do capital social com direito a voto, ou às 14h30min, 2ª convocação com a presença mínima de 50% do capital social votante, para deliberarem a seguinte ordem do dia, uma Assembleia Geral Ordinária (AGO): 1º) Prestação de contas dos Administradores; Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; 2º) Destinação dos lucros do exercício findo e distribuição de dividendos; 3º) Fixação das respectivas remunerações dos membros da diretoria; 4º) Demais assuntos. **AVISO AOS ACIONISTAS** - Acham-se a disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da empresa, à Alameda Pássaros da Polônia nº 35, Santa Luzia, Juiz de Fora, MG, os documentos à que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2017. Juracy Neves - Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA PROTCAR – ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS.

CNPJ N° 13.580.635/0001-57

A Presidente da ***PROTCAR – ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIOS*** usando das atribuições que lhe confere o Estatuto, convoca seus associados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na Rua Joaquim Rocha, n° 188, Betânia, Contagem/MG, CEP 32.017-270, em 28 de Março de 2017, às 09:00 horas em 1ª convocação, ou, às 09:30 horas, em 2ª convocação, independendo do número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição de cargos da Diretoria Executiva, Atualização do Regulamento Social, Aprovação de novo Estatuto, Abertura de filial e demais deliberações.

Contagem/MG 28 de Março de 2017.

LAILA CRISTINE SILVA
Presidente

FRIGORÍFICO INDUSTRIAL VALE DO PIRANGA S/A

CNPJ. Nº 00.763.832/0001-60

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em A.G.O. e A.G.E., às 18h30min, em primeira convocação, podendo ser instalada em primeira chamada às18h30m, havendo quorum legal, do dia 26 de abril de 2018, no auditório da sede social da empresa à Rodovia MG 826 Km 2 Ponte Nova Oratórios no município de Ponte Nova-MG, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: AGENDA DA A.G.O.: a) Análise e deliberações sobre o Relatório da Administração, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2017. b) Destinação dos Resultados. c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal. AGENDA DA A.G.E.: a) Fixação dos honorários dos Administradores e Diretores. b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Ponte Nova, 19 de Março de 2018

Tito Garavini Soares
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHÓPOLIS-MG

A Prefeitura Municipal de Carvalhópolis- MG, no uso de suas atribuições legais, torna Pública a abertura dos Processos licitatórios: PRC nº n°49/2018, **PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2018**, Tipo Menor Preço por Item, Cujo Objeto é a aquisição de um caminhão caçamba para o departamento de obras da prefeitura municipal de carvalhópolis-mg a fim de auxiliar nas tarefas diarias do minicipio e compor a frota de veiculos em 2.018, de acordo com contrato de repasse-transferência voluntária Nº851822/2017/MAPA/CAIXA conforme condições constantes no anexo I e II deste edital. No dia 09/04/2018 ás 09:00 horas. PRC nº n°51/2018, **PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2018**, Tipo Menor Preço por Item, Cujo Objeto é a aquisição de um rola compactador vibratório para uso no Departamento de Serviços Urbanos e Obra Pública (Patrulha Mecanizada), de acordo com contrato de repasse-transferência voluntária Nº 2691.9003.997-00/ 859727/2017/MAPA/CAIXA, conforme condições constantes no anexo I e II deste edital. No dia 09/04/2018 ás 14:00 horas. PRC nº n°47/2018, **PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2018**, Tipo Menor Preço por Item, Cujo Objeto é a aquisição de brinquedos pedagógicos, para uso no Departamento de Educação na Creche Escolar Eulza Maria de Carvalho, conforme descrição detalhada em anexo I e II. No dia 10/04/2018 ás 09:00 horas. Os interessados poderão retirar o edital e obter mais informações á Rua João Norberto de Lima nº 222, Centro, Tel 35-3282- 1209, das 7:30 ás 17 hrs. Email: licitação@carvalhopolis.mg.gob.br ou no site: http://www.carvalhopolis.mg.gov.br - Carvalhópolis- 26 de março de 2018.

José Antonio de Carvalho- Prefeito Municipal.

COMPANHIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS DE CONTAGEM – CONTERRA "EM LIQUIDAÇÃO" - CNPJ: 41.871.922/0001-51. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam os acionistas da Companhia Municipal de Habitação, Obras e Serviços de Contagem – CONTERRA – "Em Liquidação", convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 30 de abril de 2018, às 10h00 em primeira convocação e às 10h30min, em segunda convocação, na sede da Empresa, localizada na Rua Trajano de Araújo Viana, 602, Bairro Cinco, nesta cidade de Contagem, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; b) eleição e posse do Conselho Fiscal; c) outros assuntos acerca da liquidação. Contagem, 1° de março de 2018. MARCOS EZEQUIEL DE MOURA LIMA - Liquidante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação

Processo nº 086/2018

Pregão Presencial nº 037/2018

Objeto: Contratação de empresa destinada a prestação de serviços de limpeza urbana- capina, raspagem de passeios, guias, sarjetas, vias e logradouros públicos, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 23/04/2018. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas

27/03/2018

Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

Aviso de Licitação – TP nº: 01/2018 – **Menor preço por Global.** Objeto: Recapeamento asfáltico com CBUQ e sarjeta em ruas dos distritos, bairros e centro da cidade de Porteirinha. Dia da Licitação: 12/04/2017 às 08:00hs. Local: Avenida Presidente Vargas, 01 – Centro, Porteirinha/MG. Edital disponível no setor de licitação da prefeitura, www.porteirinha.mg.gov.br, informações (38) 3831-1297 ou licitação@porteirinha.mg.gov.br.

Porteirinha/MG, 27/03/2017.
Advá Mendes Silva – Presidente da CPL.

VIAÇÃO RIODOCE LTDA - Convocação - Assembleia Geral Ordinária - O Presidente do Conselho de Administração da Viação RioDoce Ltda., com endereço à Av. Comendador Rafael José de Lima, 1.600, bairro Limoeiro, em Caratinga/MG, inscrita no CNPJ nº 19.632.116/0001-71, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 3º, cláusula 7ª da Consolidação Contratual de 08/08/2015, vem convocar os senhores cotistas para uma AGO - Assembleia Geral Ordinária a se realizar conforme abaixo: **Data:** 07 de abril de 2018. **Local:** Av. Comendador Rafael José de Lima, 1600, bairro Limoeiro, Caratinga/MG (Sede da Empresa). **Pauta do Dia:** 09:00 Horas. Discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2017, e destinação dos resultados. **Nota:** Os documentos se encontram à disposição dos cotistas na sede da Empresa. **Da Representação e Instalação: Contrato Social de 08/08/2015 - Cláusula 7ª -Parágrafo** 3º A Assembleia Geral será convocada necessariamente uma vez por ano, para a aprovação do Balanço Geral, e extraordinariamente por requerimento do Presidente do Conselho de Administração, como também por qualquer quotista ou grupo de quotistas que detenham 20% (vinte por cento) do capital social, quando julgar necessário. a) O Quotista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído, que seja quotista ou advogado. b) O quotista poderá ser também representado por procurador, desde que também seja quotista determinado em acordo feito por grupo de quotista e que esse acordo esteja devidamente arquivado na sede da Empresa; c) Os instrumentos particulares de procuração deverão estar com firmas reconhecidas em cartório, por autenticidade. d) As Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) e Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) serão abertas e instaladas em primeira convocação com a presença de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social; em segunda convocação, com intervalo de 01 (uma) hora da primeira convocação, com quórum de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social e em terceira convocação, com intervalo de 01 (uma) hora da segunda convocação, com os presentes. (a) Gustavo Grossi de Assis - Presidente do Conselho de Administração.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BETIM - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Vander Zambeli Vale, Oficial de Registro de Imóveis de Betim-MG, na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário n. **8444402372760, INTIMA o Sr.** PAULO HENRIQUE SILVA**, bem como a Sra.** SABRINA KELLEN DA CONSOLAÇÃO**,** sendo que os mesmos encontram-se em local incerto e não sabido, para satisfazerem, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o número 09, na matrícula 104.463, desta Serventia, referente ao imóvel caracterizado situado na **RUA NOVE, Nº 16 APTO 204, BLOCO 04, MORADA DO TREVO, BETIM-MG, com saldo devedor que, em 05/03/2018, perfazia o montante de R$47.210,39 (quarenta e sete mil, duzentos e dez reais e trinta e nove centavos),** relativos às prestações, até então vencidas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Av. Governador Valadares, 510, 3º andar, Centro, Betim, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima discriminado, purgando-se a mora, sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta cidade de Betim em 05 de Março de 2018. O Oficial, (ass.) **Vander Zambeli Vale.** Simone F. Carmo Pinto — Escrevente Autorizada

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

BELO HORIZONTE /MG

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 26/03/18, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED:1D630 - CONTRATO: 8102208002762 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1022 - VENDA NOVA

ENDERECO DO IMÓVEL:AVENIDA DOUTOR CRISTIANO GUIMARAES, Nº50, APTO 703, PLANALTO - BELO HORIZONTE - MG.

RONALDO JOSE DE SOUZA, BRASILEIRO(A), MILITAR, CPF: 74195271649, CI: 3971267 SSP/MG SOLTEIRO(A) e cônjuge, se casado(a) estiver.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
Endereço de Cobrança:
AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, LAVA-RÁPIDO E TROCA DE ÓLEO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - SINPOSPETROBH - CNPJ 08.916.230/0001-07

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018 - SINPOSPETRO-BH
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018

Em atendimento ao disposto no Artigo 605 da C.L.T.; e demais dispositivos legais em vigor, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLE, LAVA-RÁPIDO E TROCA DE ÓLEO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO – SINPOSPETRO-BH, CNPJ 08.916.230/0001-07, Registro Sindical 46211.000463/2010-77**, entidade de primeiro grau, representante dos empregados das empresas em postos de serviços de revenda varejista de combustíveis e derivados de petróleo, lava-rápido e troca de óleo, lojas de conveniência instaladas em Postos de Combustíveis na cidade de Belo Horizonte, Abaeté, Araçai, Baldim, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Betim, Bom Jesus do Amparo, Brumadinho, Caetanópolis, Cachoeira da Prata, Caeté, Capim Branco, Carmo do Cajuru, Conceição do Pará, Confins, Contagem, Divinópolis, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Igaratinga, Inhaúma, Itabira, Itabirito, Itaúna, Jaboticatubas, Jequitibá, João Monlevade, Lagoa Santa, Leandro Ferreira, Maravilhas, Mateus Leme, Martinho Campos, Matozinhos, Nova Era, Nova Lima, Nova Serrana, Paraopeba, Pará de Minas, Pedro Leopoldo, Pitangui, Pompeu, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Barbara, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santana do Riacho, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Para, São José da Lapa, São José da Varginha, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Vespasiano/MG e Região, no Estado de Minas Gerais, **CIENTIFICA** e **NOTIFICA** as referidas Empresas e Contabilidades estabelecidas em sua base territorial, **de que deverão descontar dos salários de seus empregados a Contribuição Sindical no mês de MARÇO/2018 (Art. 582 C.L.T.) e efetuar o respectivo recolhimento até o dia 30/04/2018 (Art. 583 da C.L.T.) em nome do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO , LAVA-RÁPIDO E TROCA DE ÓLEO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO – SINPOSPETRO-BH**, em guias próprias que a Entidade está enviando a todas as Empresas e Contabilidades, sujeitas ao desconto/recolhimento, **ficando desde já notificados os senhores empregados e empregadores, que a Assembléia Geral Extraordinária autorizou, previa e expressamente o desconto da contribuição sindical de todos integrantes da categoria profissional, associados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e Enunciado n.º 38 da ANAMATRA e a nota técnica do dia 16/03/2018 nº 02/2018 do Ministério do Trabalho.** As empresas e Contabilidades que não receberem as guias em tempo hábil poderão solicitar através de e-mail: financeiro@sinpospetrobh.org.br ou pelos Telefones: (31) 3271-2902 ou 3212-5112. As empresas inadimplentes ficarão sujeitas à multa, juros e correção estabelecidos no Art. 600 da C.L.T.

Belo Horizonte-MG, 26 de março de 2018.
Possidonio Valença de Oliveira – PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Icaraí de Minas – MG

Torna público que realizará Pregão Presencial nº 012/2018, Processo Licitatório nº 031/2018. Objeto: a CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE EPP OU EQUIPARADAS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL (ADESIVOS, PLACAS, PAINÉIS, IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA E IMPRESSÃO DE OUTDOORS). Credenciamento: 12/04/2018, às 09:00h. Sessão oficial: 12/04/2018, às 09:00 horas. Edital e informações: na sede da Prefeitura Municipal, pelo site: www.icaraideminas.mg.gov.br, email: licitação@icaraideminas.mg.gov.br. Icaraí de Minas, 27 de Março de 2018.

Emerson Marques de Jesus
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Icaraí de Minas – MG

Torna público que realizará Pregão Presencial nº 13/2018, Processo Licitatório nº 032/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE EPP OU EQUIPARADAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO. Credenciamento: 16/04/2018, às 09:00h. Sessão oficial: 16/04/2018, às 09 horas. Edital e informações: na sede da Prefeitura Municipal, pelo site: www.icaraideminas.mg.gov.br, email: licitação@icaraideminas.mg.gov.br. Icaraí de Minas, 27 de março de 2018.

Emerson Marques de Jesus
Pregoeiro.

MUNICÍPIO DE CURVELO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

Objeto: Contratação de serviço de engenharia ambiental para elaboração de projetos e estudos técnicos para atender processo PA COPAM: 104/2009/001/2016, referente a Licença Ambiental de Implantação em caráter corretivo do Matadouro Municipal, em conformidade com a Legislação Ambiental vigente – Protocolo Envelopes Habilitação e Proposta: até dia 13/4/18 às 8h30min. Abertura: 13/4/18 às 9 h. Inf./retirada Edital: Deptº. Suprimentos – (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, Centro, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e 12 a 18h.

Curvelo, 27/3/18. – Valquíria M Duarte – Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Aviso de Licitação. Pregão Presencial 08.045/2018. O Município de Araxá, torna público a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de saúde dos grupos A, B, E, em conformidade com a resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) nº 358 de 29 de abril de 2005 e RDC 306 de 07 de setembro de 2004 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Nacional). Abertura: 12/04/18 às 09:00h. Edital disponível: 02/04/18. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022. Aracely de Paula, Prefeito Municipal – 26/03/18.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Aviso de Licitação. Pregão Presencial 08.046/2018. O Município de Araxá, torna público a aquisição de soluções parentais para atender as necessidades dos pacientes usuários do SUS, através da Secretaria Municipal de Saúde de Araxá-MG. Abertura: 12/04/18 às 14:00h. Edital disponível: 02/04/18. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022. Aracely de Paula, Prefeito Municipal – 26/03/18.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Aviso de Licitação. Pregão Presencial 08.048/2018. O Município de Araxá, torna público a aquisição de materiais de consumo (óleo lubrificante, graxa, fluído de freio, aditivos e filtros) para a manutenção da frota de veículos e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. Abertura: 13/04/18 às 14:00h. Edital disponível: 03/04/18. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022.

Aracely de Paula, Prefeito Municipal – 26/03/18.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Pregão Presencial 08.029/2018. Aviso de Julgamento de Recurso. Processo Licitatório nº 034/2018. Objeto: Aquisição parcelada de materiais de limpeza, descartáveis e higiene pessoal, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá. O Prefeito Municipal de Araxá –MG, no uso de suas atribuições comunica as interessadas que acolhe integralmente os fundamentos e as conclusões do Pregoeiro e Equipe de Apoio esposadas na Ata de Julgamento do Recurso bem como nos fundamentos e conclusões do Parecer Jurídico, que adoto como razões de decidir, nego provimento ao Recurso para manter a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que inabilitou a recorrente VDM Equipamentos de Segurança Jurídica LTDA - ME. As razões que motivaram tal posicionamento encontram-se a disposição dos interessados, para consulta, no site www.araxa.mg.gov.br e no Setor de Licitação, a Rua Alexandre Gondim nº 112, Centro, Araxá-MG, das 08h00min ás 12h00min e das 14h00min ás 18h00min. Demais informações pelo telefone 34.3691-7022/3691-7145.

Araxá-MG, 26/03/18. Aracely de Paula - Prefeito Municipal.

Bradesco Pra frente.

EDITAL DE LEILÃO
"PRESENCIAL e ON-LINE"

MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

1º LEILÃO: 17/04/2018, ÀS 15H. - **2º LEILÃO:** 24/04/2018, ÀS 15H. (caso não seja arrematado no 1º leilão)

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) dos imóveis abaixo descrito, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo-SP. **Localização dos imóveis: 2 Imóveis - Lavras – MG - 1° - Lavras – MG. Bairro Novo Água Limpa.** Rua Av. Rio Amazonas, 95 (LT46-QD8). Casa. Área terr. 200,00m² e constr. 32,02m² (Av.2/18.141) e 90,00m² (consta estimada no local). Matr. 18.141 do RI local. Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída averbada no RI e da estimada no local, correrão por conta do comprador. Obs.: Ocupado (AF). **2° - Lavras – MG. Bairro Santa Cruz ou Ajudante.** Área Rural c/4.0700ha, confrontando c/ a Rodovia Lavras - Luminárias. CCIR-02494054154 e NIRF-6.833.712-4. Matr. 28.289 do RI local. Obs.: o número do INCRA e CCIR diverge na matricula e não consta área de reserva legal. Ocupado (AF). **1º Leilão**: 17/04/2018, às 15h. Lance mínimo: **R$ 633.608,56 e 2º Leilão**: 24/04/2018, às 15h. Lance mínimo: **R$ 353.289,44 • São José da Lapa – MG. Bairro Chácaras Reunidas São Vicente.** Rua Presidente Castelo Branco, 665 – Casa "E" (LT 33-QD 05). Casa. Área fração ideal de 1/22 do terreno, constr. 69,00m² (Av.3/2894) e 98,49m² (consta lançada no IPTU). Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída averbada no RI com a lançada no IPTU, correrão por conta do comprador. Matr. 2894 do RI local de Vespasiano. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão**: 17/04/2018, às 15h. Lance mínimo: **R$ 251.477,90 e 2º Leilão**: 24/04/2018, às 15h. Lance mínimo: **R$ 156.982,63** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. **Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br - Para mais informações - tel.: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA - SICOOB CREDISERV

CNPJ Nº 01.864.151/0001-50 Nire: 31400020578

O Presidente do Conselho de Administração da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores e Empregados Municipais das Prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano Ltda - Sicoob Crediserv**, no uso das atribuições legais e estatutárias, convoca os 47 (quarenta e sete) Delegados desta Cooperativa para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **07 (sete) de abril de 2018**, no auditório do Sicoob Coopsef, localizada à **Av. Brasil, nº 1.666, Funcionários, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais**, uma vez que a sede da cooperativa não comporta o número de associados, em primeira convocação às 07 horas com a presença de 2/3 (dois terços), do número total de Delegados. Caso não haja número legal para instalação, ficam desde já convocados para a segunda convocação às 08 horas no mesmo dia e local com a presença de metade mais 1 (um) do número total de Delegados. Persistindo a falta de "quorum legal", a assembleia realizar-se-á no mesmo dia e local, em terceira e última convocação às 09 horas com a presença de, no mínimo, 10 (dez) Delegados para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Pauta da Assembleia Geral Ordinária:

a) leitura para discussão e julgamento do Relatório do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral, Relatório de auditoria externa, Demonstração do Resultado e demais contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;
b) destinação do Resultado do Exercício de 2017;
c) uso e aplicação do FATES;
d) devolução do capital social a cooperados desligados;
e) fixação do valor da cédula de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
f) atualização do valor mensal da integralização de capital social, conforme estatuto;
g) aprovação da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade de acordo com a Resolução 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional;
h) outros assuntos de interesse geral.

BELO HORIZONTE, 28 DE MARÇO DE 2018.

JACÓ LAMPERT
Presidente do Conselho de Administração

IMESA - INSTITUTO DE MEDICINA ESPECIALIZADA DE ALFENAS S.A. CNPJ: 20.409.439/0001-80

Balanço Patrimonial Encerrado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016. (centavos omitidos)

ATIVO - ATIVO CIRCULANTE	2.017	2.016
Caixa e Bancos	862.853	246.895
Aplicações de Liquidez Imediata	745.496	678.058
Clientes	241.854	41.611
Estoques	271.598	214.242
Despesas Pagas Antecipadamente	1.533	1.228
Adiantamento e Outros Créditos	132.234	137.990
Total do Circulante	**2.255.568**	**1.320.024**
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais	37.428	37.428
PERMANENTE		
Investimento-Participações Societárias	2.228.763	1.987.949
Imobilizado	2.385.506	2.362.472
Total do Não Circulante	**4.614.269**	**4.350.421**
TOTAL DO ATIVO	**6.907.265**	**5.707.873**
PASSIVO - CIRCULANTE	**2.017**	**2.016**
Fornecedores	358.562	465.665
Salários e Encargos Sociais	342.553	312.888
Obrigações Fiscais e Tributárias	305.947	142.441
Provisão para Férias e Encargos Sociais	467.837	390.960
Outras Obrigações	94.083	66.052
Total do Circulante	**1.568.982**	**1.378.006**
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	-	20.333
	-	**20.333**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	4.598.776	4.598.776
Capital a Integralizar	-	-
Reserva de Capital	412.261	412.262
Reserva Legal	150.238	137.647
Reserva Lucros	543.082	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(366.074)	(839.151)
Total do Patrimônio Líquido	**5.338.283**	**4.309.534**
TOTAL DO PASSIVO	**6.907.265**	**5.707.873**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2.017 e 2.016

	2.017	2.016
RECEITA BRUTA		
Receita com Serviços Prestados	14.872.603	13.269.692
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos incidentes	(1.001.728)	(896.422)
RECEITA LÍQUIDA	**13.870.875**	**12.373.270**
Custos dos Serviços Prestados	(12.455.470)	(11.424.052)
Lucro (Prejuízo) Bruto	**1.415.405**	**949.218**
(Despesas) Receitas Operacionais		
Comerciais e Administrativas	(780.626)	(614.633)
Financeiras	(25.179)	(460.260)
Receitas Financeiras	80.364	119.374
Outras (Despesas) e Receitas	312.577	272.561
	(412.863)	**(682.958)**
Lucro (Prejuízo) Operacional	**1.002.542**	**266.260**
Outras (Despesas) e Receitas Não Operacionais	240.813	(1.669.386)
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição	**1.243.355**	**(1.403.126)**
Contribuição Social Sobre o Lucro-CSSL	(63.160)	(16.774)
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de RI	**1.180.195**	**(1.419.900)**
Provisão para o Imposto de Renda-IRPJ	(151.445)	(27.957)
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	**1.028.750**	**(1.447.857)**

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2.017 e 2.016

	2.017	2.016
01-ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuizo) Líquido do exercicio	1.028.750	(1.447.857)
Depreciação e Amortização	212.828	186.402
Lucro Líquido Ajustado	**1.241.578**	**(1.261.455)**
(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circul.	**(319.586)**	(74.961)
(Acréscimo) Decréscimo do Ativo Não Circul.	**-**	-
(Acréscimo)Decréscimo do Passivo Circul.	**190.976**	229.903
(Acréscimo) Decréscimo do Exigível a Longo prazo	**-**	**-**
Total Das Atividades Operacionais	**1.112.968**	**(1.106.513)**
02-ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Ativo Imobilizado	(235.862)	(260.012)
Investimentos - Equivalência Patrimonial	(240.815)	1.669.386
Total Das Atividades de Investimento	**(476.677)**	**1.409.374**
03-ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização Capital Social	-	1.076
Aumento/Integralização de Capital Social	-	-
Exigíveis a Longo Prazo	(20.333)	(107.667)
Total Das Atividades de Financiamento	**(20.333)**	**(106.591)**
04-VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	615.958	196.270
Demonstrado como segue:		
Saldo Inicial das Disponibilidades	246.895	50.625
Disponibilidade no Final do Período	862.853	246.895

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2.017 e 2.016

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reservas de Capital	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2.015	**4.598.776**	**(1.077)**	**412.261**	**99.765**	**646.588**	**5.756.312**
Integralização de Capital	-	1.077	-	-	-	1.077
Lucro Líquido do exercicio	-	-	-	-	(1.447.857)	(1.447.857)
Reavaliação de Imóveis Próprios	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva Legal	-	-	-	37.882	(37.882)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2.016	**4.598.776**	**-**	**412.261**	**137.647**	**(839.152)**	**4.309.532**
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do exercicio	-	-	-	-	1.028.750	1.028.750
Constituição da reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2.017	**4.598.776**	**-**	**412.261**	**137.647**	**189.599**	**5.338.282**

6. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2.017 e 2.016.

6.1 - Contexto Operacional - Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A., sediado em Alfenas – Minas Gerais, é uma instituição particular destinada a prestação de serviço médico-hospitalar, alinhada ao negocio saúde. Vem atuando no mercado de saúde a mais de 25 anos e tem se caracterizado como um dos mais conceituados hospitais da região. Os principais produtos e serviços do Hospital IMESA, são os serviços médico-hospitalares realizados por meio da assistência, destacando-se entre outros, os seguintes: O pronto atendimento 24horas, internação clinica e cirúrgica, exames auxiliares de diagnósticos (clínicos radiológicos, tomográficos, ecográficos, análises clinicas, entre outros), procedimentos cirúrgicos e obstetras. O Hospital IMESA atende tanto pacientes particulares como os principais convênios, tais como: SERPRAM, AMAGIS, CASSI, CORREIOS, COPASA, FUNDAFENG, CEMIG SAÚDE, SAÚDE CAIXA, SPA e também pelo sistema ABRAMGE.

6.2 Principais Práticas Contábeis. 6.2.1 Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **6.2.2 Sumário das Práticas Contábeis. a) Aplicações Financeiras -** As aplicações financeiras são representadas por quotas de fundos de investimentos a curto prazo, valorizadas pelo valor unitário da quota divulgado pela instituição financeira administradora do fundo. **b) Investimentos** - A Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A., na busca constante de aprimorar o atendimento de seus usuários com a ampliação da rede de atendimento hospitalar, possui investimentos, como acionista do Hospital Varginha S.A.. Em 31 de dezembro, os investimentos eram assim representados, avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

2.017			
Investida	**PLA Investida**	**% Participação**	**Investimento**
Hospital Varginha	6.895.925	32,32%	2.228.763

c) Imobilizado: São apresentadas ao custo de aquisição. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base na aplicação das taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, e seu ambiente empregado e a sua forma de utilização e manutenção. A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os imóveis de uso, foram avaliados pelo preço de mercado, conforme laudo técnico de perito contratado pela sociedade, com o objetivo de representar o valor mais próximo do valor esperado pela sua realização. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração dos resultados. Em 31 de dezembro, sua composição era a seguinte:

			2017	2016
Descrição	**Custo Corrigido**	**Depreciação Acumulada**	**Residual**	**Residual**
Terrenos	12.814	-	12.814	12.814
Edificações	1.638.58	(482.040)	1.156.549	1.189.321
Móveis e Utensílios	244.319	(184.774)	59.545	24.980
Máquinas e Eqptos	2.765.523	(1.703.824)	1.061.699	1.041.773
Eqptos de Informática	92.298	(81.040)	11.257	9.942
Recursos naturais	44.821	-	44.821	44.821
Imobilizações em Construção	38.820	-	38.820	38.820
		4.837.184 (2.451.679)	**2.385.505**	**2.362.471**

Seguros: Em 31 de dezembro de 2.017, os seguros contratados, possuem coberturas consideradas suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros. **d) Impostos e Contribuições Federais**. A empresa apura seus impostos com base no Lucro Real. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento), acrescida do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro excedente a R$ 240 mil, no ano, conforme prevê a legislação. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 9% (nove por cento), sobre a base do imposto de renda. Os valores das provisões foram registrados em conta de passivo circulante, deduzidas as antecipações efetuadas durante o exercício, com base no balancete de suspensão / redução. **f) Demais Ativos e Passivos estão Segregados entre Circulante e Não Circulante**. Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações com vencimentos superiores a 360 dias estão registradas como não circulante. **g) Apuração do Resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios, independentemente do seu recebimento. **6.3. Patrimônio Líquido** - Representa o Capital Social da Sociedade, acrescido dos lucros e diminuídos os prejuízos apurados desde a sua criação. O Capital Social é de R$ 4.598.776 (quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e seis reais); O valor nominal de cada ação é de R$ 1,00 cada. Dr. José Carlos Miranda - Diretor Presidente-CPF 638.157.968-49 - Jorge Isalino da Silva CRC-MG 13.982/0-TC, CPF-057.456.326-15.

Alfenas - Minas Gerais, 09 de fevereiro de 2.018. Aos Administradores e Integrantes do Quadro Societário da **IMESA - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A**. Alfenas - Minas Gerais**. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis: Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. e membros da sua administração, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A é responsável por estas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre estes relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se estes relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**: A administração do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ·Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ·Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. ·Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ·Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. a não mais se manter em continuidade operacional. ·Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. · Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócios para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração do Imesa - Instituto de Medicina Especializada de Alfenas S.A. a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que possam ter sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, foram comunicados por meio de cartas de recomendação ao longo do exercício. Estes assuntos devem ser descritos em nosso relatório de auditoria somente nos casos em que lei ou regulamento exija divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação são de interesse público.

JDM Auditores Independentes S.S - CRC-SP 14.873 CVM nº 6.890
Wagner Moreira - Contador CRC – 1SP 191.412/O-7

FRANCO LEILÕES

LEILÃO de IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ON-LINE

BANCO inter

1º LEILÃO: 17/04/2018 - 10:40h - 2º LEILÃO: 19/04/2018 - 10:40h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Mat. JUCEMG nº 1030, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Fração ideal de 0,04843 que corresponderá a Casa nº 08 (oito) do Condomínio Mediterrâneo, com frente para a Rua Lindolfo da Costa Viana, 1255, Bairro Cascalheira, em Lagoa Santa/MG, que terá área privativa total real 502,45m², área comum total real 192,98m², área total real 695,43m², do terreno formado pelos lotes de nº 01 (um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 06 (seis), 07 (sete) e 08 (oito) da gleba 05 (cinco) perfazendo uma área de 11.200,00m² (onze mil e duzentos metros quadrados), confrontando e dividindo pela frente com a Rua Lindolfo da Costa Viana na extensão de 65,93metros; pela direita na extensão de 168,06 com Maria José Viana; pela esquerda na extensão de 176,15 metros com Antonio Viana; e pelos fundos na extensão de 64,00 metros com rua sem denominação; conforme planta aprovada e nos termos do projeto arquitetônico nº 8603/09, aprovado em 27/10/2009 e alvará de licença de construção nº 419 datado de 12/11/2009 pela Municipalidade de Lagoa Santa/MG. Imóvel objeto da Matrícula nº 33.903 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa Santa/MG. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 17/04/2018, às 10:40 horas, e 2º Leilão dia 19/04/2018, às 10:40 horas. LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR FIDUCIANTE**: LETICIA ELIZABETE PINTO, brasileira, empresária, solteira, nascida em 27/12/1981, CPF: 050.859.106-64, RG: 10.992.544 SSP/MG; residente e domiciliada na Rua Lindolfo Costa Viana, nº 1255, Casa 08, Várzea, Lagoa Santa/MG – CEP 33400-000. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pela leiloeira, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES**: **1º leilão: R$ 828.866,27 (oitocentos vinte oito mil, oitocentos sessenta seis reais, vinte sete centavos) 2º leilão: R$ 449.046,50 (quatrocentos quarenta nove mil, quarenta seis reais, cinquenta centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DA LEILOEIRA:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão da leiloeira, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação–Concorrência nº 0001/2018– Processo nº 0111/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização da Concorrência nº 0001/2018 Registro de peças para futuras aquisições de peças de maquinas pesadas, ônibus e caminhões. Data e horário da sessão: 27/04/2018, às 17:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação–Pregão nº 0027/2018–Processo nº 0110/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0027/2018 Registro de preço para futuras aquisições de equipamentos permanentes para atender as unidades administrativas. Data e horário da sessão: 13/04/2018, às 13:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial nº 21/2018, do tipo Menor Preço, julgamento por Item, para Contratação de pessoa (s) física (s) ou jurídica (s), para ministrar oficinas. **Sessão dia 12/04/2018 às 09h00min.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Pregão Presencial nº 22/2018, sob a forma do Sistema de Registro de Preço, do tipo Menor Preço, julgamento por Item, para Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica, hidráulica, lanternagem, pintura e outros. **Sessão dia 13/04/2018 às 09h00min**. Maiores informações pelo telefone (33) 3339-2712. Edital disponível no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação.

Prefeitura Municipal de Abaeté/MG

Processo Licitatório 46/2018. Município de Abaeté/MG, localizado na Praça Amador Álvares, 167, Centro, inscrito no CNPJ 18.296.632/000100, torna público que será realizado a abertura de procedimento Licitatório, Processo 46/2018, Tomada de Preços 01/2018, objetivando contratação de empresa para executar obra de pavimentação asfáltica recapeamento em vias públicas. A entrega e sessão de abertura dos envelopes serão no dia 16/04/2018 às 09:00. Mais informações e edital completo poderão ser obtidas em dias úteis de 08:00 às 11:00 e de 13:30 às 17:00, tel: 37 3541 5256, site www.abaete.mg.gov.br ou email licitação@abaete.mg.gov.br.

Armando Greco Filho
Prefeito Municipal

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE IBIÁ - SITSEPUMI. NOTIFICAÇÃO. AVISO. **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL REFERENTE AO ANO DE 2018.** O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Ibiá, designado pela sigla SITSEPUMI, com base territorial na cidade de Ibiá/MG, portador do CNPJ nº 26.041.111/0001-30, sediada na Rua 20, nº 1.788, Bairro Deolinda Mendes, nesta cidade, CEP: 38.950-000, com base no Artigo 605 da CLT. Torna público e notifica a categoria dos SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, DO PODER LEGISLATIVO, EXECUTIVO, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CAMARA DOS VEREADORES, AUTARQUIAS, SERVIDORES CONTRATADOS, CONCURSADOS E COMISSIONADOS, na forma exigida pela legislação em vigor, e a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária pelos representantes da Categoria dos Servidores Públicos, realizada no dia 15/03/2018, faz saber a todos os Órgãos Públicos Municipais do poder Executivo (Prefeitura Municipal), das Administrações Diretas e Indiretas, Autárquica funcional. Assim, como Poder Legislativo (Câmara Municipal), a devida obrigação de se fazer os cálculos, o recolhimento e o repasse da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, prevista na parte final do Inciso IV do Artigo 8.º c/c 149 DA Constituição Federal de 1.988 e o Artigo 578 e seguintes da CLT, Instrução Normativa nº 01 do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada no D.O.U na data de 17/02/2017, sendo devida a Contribuição Sindical para todos os servidores públicos municipal, estadual, independente da forma de contratação, filiação sindical, do órgão pagador, do regime jurídico administrativo adotado, cujo cálculo deve observar um dia de trabalho sobre a remuneração integral fixa, mais as gratificações, prêmios adicionais, comissões e outras vantagens pagas a quaisquer títulos no mês de Março e será descontada até 31/03/2018 e ser recolhida à Caixa Econômica Federal, depositada na conta corrente número 500472-5, agência 0708, Banco 104, operação 003 em nome da Entidade Sindical - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Município de Ibiá, ou pagamento via empenho, em caso de depósito comunicar imediatamente com comprovante. O débito Tributário ora constituído é obrigação de fazer o cálculo, o recolhimento e o repasse da Contribuição Sindical. Os atos omissivos em relação à mesma implicam em renúncia a receita de terceira provocada pelos gestores públicos, cujo ilícito é vedado por lei de responsabilidade fiscal. Ibiá/MG, 26 de Março de 2018. Presidente do SITSEPUMI - Roberto Ferreira Santos. Presidente da Fesempre - Aldo Geraldo Liberato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 - O Município de Timóteo torna público que realizará às 16:00 horas, do dia 12 de abril de 2018, na sede de sua Prefeitura, localizada na Avenida Acesita, nº. 3.230, Bairro São José, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2018, que tem por objeto a aquisição de veículos automotores para atender às unidades de saúde Rosa Basílio (Cachoeira do Vale), Centro de Saúde João Otávio (Olaria II) e Centro de Especialidades Primavera (Primavera) no município de Timóteo, conforme a Proposta nº 10654.076000/1170-03 e 10654.076000/1177-02 – Ministério da Saúde, no âmbito da Atenção Básica, Portaria 3134 de 13 de dezembro de 2013. O presente Edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal no endereço supracitado e poderá ser solicitado através do link : : http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes. Melhores informações pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4753. **Timóteo, 27 de março de 2018. Priscilla Pereira Dias- Pregoeira.**

Prefeitura Municipal de Ninheira

Informa que o extrato do PP 017/2018 se encontra na íntegra no site: www.diariomunicipal.com.br e o edital esta disponível em: www.ninheira.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG

Torna público que no dia **16 DE ABRIL DE 2018, às 08:00** horas, estará realizando **Processo Licitatório nº 047/2018, Pregão Presencial nº 033/2018, Registro de Preços nº 020/2018**, do Tipo MENOR PREÇO **"POR ITEM",** tendo como objeto a **Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para a Prestação de Serviços de Pintura de Meio Fio, Capina e Roçada de Ruas, Execução de Meio Fio, Assentamento de Grama e Outros, na sede do Município**, conforme especificações no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 - licitalassance@hotmail.com - Pregoeiro e Equipe de Apoio.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - FHOMUV

AVISO DE LICITAÇÃO – Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 039/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018** – do tipo **"MENOR PREÇO",** tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM RADIOTERAPIA (BRAQUITERAPIA E TELETERAPIA)**, mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data da sessão: dia 12/04/2018, às 14h. Retirada do Edital:** www.fhomuv.com.br. **Informações**: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

Fundação Educacional de Patos de Minas - FEPAM - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 03-2018 - A Fundação Educacional de Patos de Minas torna público a realização do Pregão Presencial nº 03-2018. Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento e instalação de placas de sinalização e identificação para os setores de atividades e de uso geral do Campus do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM, mantido pela Fundação Educacional de Patos de Minas FEPAM, conforme especificações constantes nos anexos do edital. Sessão de recebimento de propostas até às 13h e 15min do dia 11/04/2018, na sala da CPL, e abertura às 13h e 30min do mesmo dia. Informações pelo telefone: (34) 3823-0349, e-mail: licita@unipam.edu.br, site: licitacao.unipam.edu.br - Patos de Minas, 27/03/18. Cyntia M. Santos. Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS/MG
AVISO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Delfinópolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que o **Leilão 001/2018, Processo Administrativo 015/2018** com abertura para o dia 04 de abril de 2018 às 08h30min, teve um erro gráfico no edital e sua modificação ensejou a recontagem de prazos. A nova data da abertura será dia 13 de abril de 2018 às 08h30min. O edital MODIFICADO e seus anexos estão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Delfinópolis/MG ou pelo site: www.delfinopolis.mg.gov.br. Delfinópolis/MG, 27 de março de 2018.

Suely Alves Ferreira Lemos - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação–Tomada de Preço nº 0003/2018– Processo nº 0109/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Tomada de Preço nº 0003/2018 Contratação de empresa especializada para construção de praça publica convenio 1491001205/2017. Data e horário da sessão: 18/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.João Carlos Cabral de Almeida-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação–Tomada de Preço nº 0002/2018– Processo nº 0108/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Tomada de Preço nº 0002/2018 Contratação de empresa especializada para realizar a reforma e revitalização de praça publica convenio N 1491000513/2017. Data e horário da sessão: 17/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o **Processo Licitatório nº 018/2018**, na modalidade de **Pregão Presencial nº 011/2018 - tipo menor preço por item,** que tem por objeto a aquisição de MANGUEIRA TERMOPLÁSTICA. O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às **09h00min do dia 11 de abril de 2018.** Governador Valadares, 27 de março de 2018. (a): Alcyr Nascimento Júnior - Diretor Geral do SAAE.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 – SUSPENSÃO. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público a suspensão "sine die" do **Processo Licitatório nº 017/2018**, na modalidade de **Pregão Presencial nº 010/2018,** que tem por objeto a locação de CAMINHÃO GUINDAUTO (MUNCK). Governador Valadares, 27 de março de 2018. (a): Alcyr Nascimento Júnior – Diretor Geral do SAAE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG - RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2017. O Município de Timóteo torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 388/2017**, **REGISTRO DE PREÇO 012/2018**, que tem por objeto a aquisição de caçambas estacionárias para a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente**. EMPRESA VENCEDORA: WALAÇO COMÉRCIO DE AÇO DE CHAPAS LTDA**, pelo valor de R$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais).**Timóteo, 26 de março de 2018. Priscilla Pereira Dias - Pregoeira.**

Prefeitura Municipal de Icaraí de Minas – MG

Torna público que realizará Chamada Publica nº 01/2018, Processo Licitatório nº 033/2018 Dispensa 13/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ATENDER À MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ICARAÍ DE MINAS MG. Credenciamento: 02/05/2018, às 09:00h. Sessão oficial: 02/05/2018, às 09 horas. Edital e informações: na sede da Prefeitura Municipal, pelo site: www.icaraideminas.mg.gov.br, email: licitação@icaraideminas.mg.gov.br. Icaraí de Minas, 27 de março de 2018.

Emerson Marques de Jesus
Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO-MG

torna público o DISTRATO DO CONTRATO Nº 083/2014, a rescisão contratual com a empresa CONSTRUTORA CTT LTDA-ME, objetivando a contratação de empresa para construção de quadra coberta com vestiário, na comunidade de vila sudário, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93. As partes firmam o presente Termo de Distrato. Eujácio da Soledade Rodrigues-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO-MG

como Contratante, torna público o Distrato de Contrato nº 083/2014, firmado com a empresa CONSTRUTORA CTT LTDA-ME, nos termos dos Arts. 77 e 78, incisos I, III, da Lei nº 8.666/93, resolve a partir da data do Termo de Distrato, aplicar a penalidade prevista no Art. 87, inciso III, suspender a Contratada 02 (dois) anos de participar em licitação e impedido de contratar com esta Administração. Pai Pedro-MG-Eujácio da Soledade Rodrigues

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 002/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO, torna público o aviso de licitação, o credenciamento de clínica para realização de procedimentos médicos. Período para apresentação da documentação: 27/03/2018 a 13/04/2018 de 07:00 as 13:00 horas. Interessados manter contato e-mail: licitacaopaipedro@hotmail.com ou diretamente na sede do município, na Rua São Pedro, 518, Centro. Pai Pedro-MG, 27/03/2018- Elieser Tássio do Prado Santos–Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO

Torna Público o aviso de licitação, referente ao PROCESSO Nº 019/2018-PREGÃO Nº 014/2018, objetivando a contratação de empresa na prestação de serviços preventiva e corretiva em veículos e máquinas desta municipalidade-Credenciamento: 12/04/2018 às 09:00h, Abertura 12/04/2018 às 09:15h. Interessados manter contato (38) 38318102 ou diretamente na sede do município, na Rua São Pedro, 518, Centro, Pai Pedro-MG-27/03/2018-Elieser Tássio do Prado Santos-Pregoeiro.

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO DO ANO 2018 - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, ELETRÔNICO, FORJARIA, FUNDIÇÃO, SIDERURGIA, FABRICAÇÃO METÁLICA, CIRCUITOS ELÉTRICOS, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE MATOZINHOS, PEDRO LEOPOLDO, PRUDENTE DE MORAIS, CAPIM BRANCO E FUNILÂNDIA,** Entidade Sindical de primeiro grau, com sede na Rua Padre Gustavo, nº. 125, Centro, Matozinhos/MG, CEP: 35.720-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.894.472/0001-05, devidamente registrada no MTE sob o código sindical nº. 914.023.805.89146-1, **com base territorial nas cidades de Matozinhos, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais e Funilândia**, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições e na forma da Lei (arts. 605 e 606 da CLT e art. 7º da Lei nº. 11.648/2008), pelo presente edital COMUNICA todas as empresas vinculadas a atividade econômica correspondente a representação do Sindicato e a pessoas a quem compete que, **conforme a autorização prévia e expressa concedida na assembleia geral extraordinária da categoria, convocada no Edital publicado no Jornal Hoje em dia do dia 23/03/2018 e realizada no dia 24/02/2018**, deverão descontar na folha de pagamento do mês de março de 2018 dos trabalhadores representados pelo Sindicato, a **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** prevista no art. 582 da CLT com a observância, ainda, dos demais artigos do capítulo III da CLT e das Portarias do M.T.E. que aprovam o novo modelo e instruções de preenchimento da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana - GRCSU, sendo que a importância a ser descontada deverá corresponder a 1/30 (um trinta avos) da remuneração de cada um dos aludidos trabalhadores, sindicalizados ou não, percebida no mês de março do corrente ano (art. 580, inciso I da CLT) e o seu pagamento deverá ocorrer no mês de abril de 2018, nos estabelecimentos financeiros credenciados, em nome deste Sindicato, com a posterior **remessa dos seguintes documentos:** 1) relação nominal dos trabalhadores contribuintes, com a indicação de cargo, remuneração percebida no mês de desconto, com o respectivo valor recolhido; 2) Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana - GRCSU, devidamente quitada. De acordo com o art. 585 da CLT, os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento da contribuição sindical unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, desde que a exerça, efetivamente, na firma ou empresa e como tal sejam nelas registrados. O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo será acrescido de multa no importe de 10% (dez por cento), com adicional de 2% (dois por cento) por mês subseqüente ao atraso, além dos juros de mora de 1% (um por cento) e correção monetária (art. 600 da CLT), a cargo exclusivo do empregador. As Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical urbanas já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até a data do seu vencimento, solicitá-las ao Sindicato ou emiti-las no site da Caixa Econômica Federal. Mais informações poderão ser solicitadas na sede desta entidade no telefone. (31) 3712-1989 ou pelo email: sindmeta@sindmeta.org.br. O presente edital segue publicado em jornais de ampla circulação na base territorial do Sindicato. Matozinhos, 28 de Março de 2018. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Matozinhos e Região. Célio Batista Lopes - Presidente.

HOJE EM DIA | ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM - PP. 019/2018. O Município de Botumirim torna P. P. 019/2018, objeto: registro de preços as futuras e eventuais contratações de empresas especializadas na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota do município de Botumirim bem como nos veículos que vierem a ser incorporados durante o prazo de validade do registro, com fornecimento de peças e acessórios genuínos da marca do veículo, ou originais de fábrica, conforme as especificações constantes no termo de referência - anexo I deste edital. Entrega dos envelopes e julgamento ás 08:00hs do dia 13/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacao@botumirim.mg.gov.br José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro.

PREFEITURA DE RUBELITA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA DE RUBELITA - MG, torna-se público: Pregão Presencial SRP nº 013/2018, a realizar-se no dia 12/04/2018 às 09h00min, objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfuração de poços artesianos em localidade rurais e urbanos no Município. Edital na integra através do email: licitacao.rubelitamg@gmail.com.
27/03/2018 - **Edileuza Miranda Jardim** – Pregoeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG
A CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG, Torna público a abertura de Processo Licitatório Nº 002/2018 - Pregão Nº 002/2018 – Objeto: Registro de Preços para Eventuais e Futuras Aquisições de Combustível – Álcool/Gasolina, conforme edital. Sessão de recebimento de propostas e Julgamento: 19/04/2018 às 14:00 horas. Informações na Câmara, pelo telefone: (38) 3675-1421 ou pelo email camara.bonfin@outlook.com.
Bonfinópolis de Minas - MG, 27 de Março de 2018.
Vani Caetano da Silva – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG
Torna público alteração no Pregão Presencial n.º 11/2018 – Dá nova redação ao texto disposto nos itens: Clausula 7 – item 17 da Minuta ARP e Clausula 8 – item 8.1 XII da Minuta Contratual do edital. A errata encontra-se a disposição no site da Prefeitura www.sarzedo.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail comprassaude@sarzedo.mg.gov.br.
Sarzedo/MG, 22 de março de 2018.

MUNICÍPIO DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG
PUBLICAÇÃO DE EDITAL - O MUNICIPIO PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, torna público Processo Licitatório n°029/2018 - **Pregão Presencial 015/2018** – sistema de registro de preço para futuras e eventuais aquisições de instrumentais, moveis e equipamentos e insumos odontológicos, abertura de envelopes 11/04/2018 às 09h00min, informações (38) 3622.4140, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br.
Wesley rabelo Durães – Pregoeiro oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG
A CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG, Torna público a abertura de Processo Licitatório Nº 001/2018 - Pregão Presencial Nº 001/2018 – Objeto: Fornecimento de Lanches ao Poder Legislativo nos dias que houver expediente na Câmara Municipal durante o ano de 2018, conforme edital. Sessão de recebimento de propostas e Julgamento: 12/04/2018 às 14:00 horas. Informações na Câmara, pelo telefone: (38) 3675-1421 ou pelo email camara.bonfin@outlook.com.
Bonfinópolis de Minas - MG, 27 de Março de 2018. Vani Caetano da Silva – Pregoeira.

Beneficência Social Bom Samaritano - CNPJ nº 22.709.109/0001-35

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
Circulante	**61.168.662,08**	**43.995.708,55**	**Circulante**	**26.875.459,01**	**17.771.306,23**
Disponível	**729.828,33**	**162.984,12**	**Exigível a Curto Prazo**	**26.875.459,01**	**17.771.306,23**
Caixas	168.655,30	141.226,58	Fornecedores	4.197.134,73	3.963.423,88
Banco c/Movimento	561.173,03	21.757,54	Obrigações Trabalhistas	1.310.744,58	1.147.926,11
Realizável	**60.438.833,75**	**43.832.724,43**	Obrigações Sociais a Recolher	302.136,56	174.470,82
Aplicações Financeiras	36.373.011,79	30.160.558,56	Obrigações Tributárias a Recolher	202.455,67	103.049,26
Convênios a Receber	16.325.461,20	9.400.758,91	Serviços Médicos - Pessoa Fisica	52.071,76	9.935,86
Terceirizados - Condominios/Aluguéis	-	74.693,96	Serviços Médicos - Pessoa Juridica	17.996,38	215.187,72
Cartão de Crédito e Débito	14.605,44	14.639,35	Outros Serviços	156.847,32	121.393,38
Cheques a Receber	148.183,70	143.303,89	Parceiros	94.287,10	88.152,89
Parceiros	122.913,63	92.661,90	Outras Provisões	574.958,55	289.812,28
Juros a Apropriar	5.235.789,34	1.720.792,75	Empréstimos Bancarios	12.863.751,37	7.754.571,95
Adiantamentos	220.069,94	266.005,90	Financiamentos	-	6.520,80
Estoques	1.998.798,71	1.959.309,21	Outros Parcelamentos	211.804,99	205.591,28
Ativo Não Circulante	**99.020.782,35**	**71.540.948,85**	Subvenções	6.891.270,00	3.691.270,00
Realizável a Longo Prazo	**53.290.079,77**	**33.196.416,43**	**Passivo Não Circulante**	**104.686.263,16**	**72.591.791,26**
Depósito Judiciais	456.537,47	234.844,91	**Exigível a Longo Prazo**	**104.686.263,16**	**72.591.791,26**
Juros a Apropriar	52.833.542,30	32.961.571,52	Empréstimos Bancários	96.509.844,95	64.763.431,72
Imobilizado	**45.730.702,58**	**38.344.532,42**	Outros Parcelamentos	589.758,17	779.657,05
Terrenos	3.525.238,35	3.525.238,35	Provisão p/ Contingências	7.586.660,04	7.048.702,49
Edificações	20.726.461,90	22.458.852,76	**Patrimônio Social**	**28.627.722,26**	**25.173.559,91**
Bens Móveis	9.494.079,90	7.461.697,74	Fundo Patrimonial	23.503.057,64	22.238.911,08
Bens de Transportes	122.086,47	197.766,80	Superávits do Exercicio	5.124.664,62	2.934.648,83
Imobilização em Andamento	11.862.835,96	4.700.976,77	**Total do Passivo**	**160.189.444,43**	**115.536.657,40**
Total do Ativo	**160.189.444,43**	**115.536.657,40**	Contas de Compensação	2.314.280,08	2.317.174,59
Contas de Compensação	2.314.280,08	2.317.174,59			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Em Reais)

Discriminação	Patrimônio Social	Ajuste Exercicios Anteriores	Superávits ou Déficits do Exercicio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**15.078.251,69**	**11.058.111,20**	**5.490.157,12**	**31.626.520,01**
Ajuste de Exercicios Anteriores	-	(9.387.608,93)	-	(9.387.608,93)
Transferência F. Patrimônial	5.490.157,12	-	(5.490.157,12)	-
Superávit do Exercício	-	-	2.934.648,83	2.934.648,83
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**20.568.408,81**	**1.670.502,27**	**2.934.648,83**	**25.173.559,91**
Ajuste de Exercicios Anteriores	-	(1.670.502,27)	-	(1.670.502,27)
Transferência F. Patrimônial	2.934.648,83	-	(2.934.648,83)	-
Superávit do Exercício	-	-	5.124.664,62	5.124.664,62
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**23.503.057,64**	**-**	**5.124.664,62**	**28.627.722,26**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCICIO (Em Reais)

	2017	2016
Receitas dos Serviços Prestados	**53.458.279,82**	**50.596.583,98**
Receitas Hospitalares - SUS	40.612.675,75	31.043.153,40
Receitas Hospitalares - Particulares	3.890.753,18	2.824.002,98
Receitas Hospitalares - Convênios	8.954.850,89	16.729.427,60
(-) Custos e Despesas Operacionais	**(70.144.031,69)**	**(61.800.470,35)**
Hospitalares - SUS	(53.288.972,72)	(41.726.425,28)
Hospitalares - Particulares	(5.105.160,80)	(2.899.192,70)
Hospitalares - Convênios	(11.749.898,18)	(17.174.852,38)
Resultado Bruto	**(16.685.751,87)**	**(11.203.886,37)**
Despesas (Receitas) Operacionais	**22.645.613,44**	**14.366.646,52**
Despesas Tributárias	(10.185,56)	(9.123,97)
Contingencias Judiciais	(540.459,55)	(1.654.190,21)
Subvenções e Doações	2.548.138,31	1.425.228,80
Programas e Incentivos	7.782.494,77	4.131.883,33
Serviços s/Contrato Unidade de Pronto Atendimento - UPA	12.000.000,00	9.601.109,23
Outras Receitas	865.625,47	871.739,34
Resultado Operacional	**5.959.861,57**	**3.162.760,15**
Receitas Financeiras	2.906.495,86	1.517.700,98
Despesas Financeiras	(4.845.250,03)	(2.719.169,60)
Resultado após o Resultado Financeiro	**4.021.107,40**	**1.961.291,53**
Resultado Patrimonial	**1.103.557,22**	**973.357,30**
Receitas Patrimôniais	1.126.035,79	973.404,30
Despesas Patrimôniais	(22.478,57)	(47,00)
Resultado após o Resultado Patrimonial	**5.124.664,62**	**2.934.648,83**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (Em Reais)

	2017	2016
Atividades Operacionais		
Resultado do Período	**5.124.664,62**	**2.934.648,83**
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	**1.249.371,63**	**(7.026.987,45)**
Depreciação	2.919.873,90	2.360.621,48
Ajustes de Exercicios Anteriores	(1.670.502,27)	(9.387.608,93)
Resultado do Período Ajustado	**6.374.036,25**	**(4.092.338,62)**
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	**(6.878.659,50)**	**(2.249.153,01)**
Cheques a Receber	(4.879,81)	(8.745,92)
Clientes - Convênios	(6.924.702,29)	(2.072.561,32)
Previsões de Contribuições	-	7.231,00
Terceirizados - Condominios/Aluguéis	74.693,96	121.145,50
Cartão de Crédito e Débito	33,91	(431,50)
Parceiros	(30.251,73)	(8.183,75)
Adiantamentos	45.935,96	(112.709,17)
Estoques	(39.489,50)	(174.897,85)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	**4.533.238,00**	**7.802.217,07**
Fornecedores	233.710,85	2.205.648,15
Obrigações Trabalhistas	162.818,47	157.691,56
Obrigações Sociais	127.665,74	(97.674,20)
Obrigações Tributárias	99.406,41	(24.007,90)
Serviços Médicos Pessoa Fisica	42.135,90	(7.291,54)
Serviços Médicos Pessoa Juridica	(197.191,34)	192.586,39
Outros Serviços	35.453,94	45.219,77
Parceiros	6.134,21	7.816,35
Outra Provisões	285.146,27	(21.480,58)
Subvênções Patrimoniais	3.200.000,00	3.691.270,00
Provisão p/Contingências	537.957,55	1.652.439,07
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**4.028.614,75**	**1.460.725,44**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(9.180.008,27)	(3.190.041,77)
Baixa do Ativo Imobilizado	(1.126.035,79)	(973.404,30)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(10.306.044,06)**	**(4.163.446,07)**
Atividades de Financiamento		
Empréstimos Bancários	36.855.592,65	40.112.354,81
Juros a Apropriar	(23.386.967,37)	(22.155.796,63)
Financiamentos	(6.520,80)	(6.520,80)
Depósitos Judiciais	(221.692,56)	(145.990,14)
Parcelamento	(183.685,17)	(203.612,20)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**13.056.726,75**	**17.600.435,04**
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.779.297,44**	**14.897.714,41**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**30.323.542,68**	**15.425.828,27**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**37.102.840,12**	**30.323.542,68**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em Reais)

	2017	2016
Receitas	**76.654.538,37**	**66.626.544,68**
Receitas Hospitalares - SUS	40.612.675,75	31.043.153,40
Receitas Hospitalares - Particulares	3.890.753,18	2.824.002,98
Receitas Hospitalares - Convênios	8.954.850,89	16.729.427,60
Receitas Subvenções/Doações/Patrimoniais	2.548.138,31	1.425.228,80
Outras Receitas	865.625,47	871.739,34
Programas e Incentivos	7.782.494,77	4.131.883,33
Serviços s/Contrato Unidade de Pronto Atendimento - UPA	12.000.000,00	9.601.109,23
(-) Custos e Despesas Operacionais	**(55.784.510,54)**	**(50.239.080,97)**
Materiais	(17.649.907,00)	(16.319.693,45)
Gerais	(38.134.603,54)	(33.919.387,52)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Instituição	**20.870.027,83**	**16.387.463,71**
Receitas Financeiras	2.906.495,86	1.517.700,98
Total do Valor Adicionado a Distribuir	**23.776.523,69**	**17.905.164,69**
Destinação do Valor Adicionado	**(14.910.166,26)**	**(13.224.703,56)**
Remuneração do Trabalho (pessoal e encargos)	(14.910.166,26)	(13.224.703,56)
Capital de Terceiros	**(8.866.357,43)**	**(4.680.461,13)**
Despesas Financeiras	(4.845.250,03)	(2.719.169,60)
Receitas Patrimôniais	1.126.035,79	973.404,30
Despesas Patrimôniais	(22.478,57)	(47,00)
Deficit do Exercício	(5.124.664,62)	(2.934.648,83)
Total do Valor Adicionado a Distribuir	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31.12.2017 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: a) A **Beneficência Social Bom Samaritano**, fundada em primeiro de maio do ano de 1948, na cidade de Governador Valadares, MG, reconhecida com Entidade de Utilidade Pública Municipal através da Lei 623 de 09.07.57, Estadual através da Lei 10.789 de 29.06.92 e Federal através do Decreto de 07.01.1995, com registro na CMAS sob o número 029/01 e no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social sob o número 101.874/55 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede própria, estabelecida na Rua Ranulfo Alvares, nº 1620 Bairro Vila Isa, Governador Valadares, MG. **b)** Ao iniciar suas atividades no ano de 1948 seu principal objetivo era a assistência social ao distribuir alimentos e alojar pessoas idosas do município, quando na oportunidade promoveu parceria com o Governo Federal e cedeu suas instalações para a implantação do SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência. Posteriormente com o término da parceria com o Governo Federal fundiu-se com a AEBV - Associação Evangélica Beneficente Valadarense assumindo assim a construção do Hospital Evangélico no ano de 1990. **c)** Atualmente a Beneficência Social Bom Samaritano presta a população de Governador Valadares e Região dois tipos de trabalhos. O primeiro através da Clínica Samaritano com atendimento médico ambulatorial, odontológico, pequenos procedimentos cirúrgicos, inclusive cirurgia bucomaxilofacial, posto de coleta do laboratório de análises clínicas e serviços de rádio imagem como eletro encefalograma, eletrocardiograma, ultra-sonografia e assistência social e a saúde das crianças, adolescente, idosos e pacientes de deficiências, sem discriminação. O segundo através do Hospital Bom Samaritano, possuindo 120 leitos, com 20 para uso exclusivo da UTI sendo 60% destinados ao SUS a pacientes de toda região do leste de Minas, inclusive pacientes dos estados do Espírito Santo e Bahia. Habilitado pelo SUS em: transplante de córneas, implante coclear, oncologia com radioterapia e quimioterapia, serviços de hemodiálise, banco de tecido ocular e cirurgia bariátrica. **d)** A Beneficência Social Bom Samaritano, seguindo determinações legais e estatutárias, aplica suas rendas, seus recursos e outros eventuais, integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio e seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes, no regime estatutário, não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente. As doações e subvenções recebidas são aplicadas integralmente nas finalidades as que estejam vinculadas. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, Lei 6404/76 que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e pelas disposições contidas na e NBC T 10.19 e NBC T.19.41 emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. **2.2.** A entidade elaborou e está publicando a Demonstração do Déficit ou Superávit do Exercício o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, em obediência ao disposto no CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 26 emitido pelo Conselho Federal Contabilidade. **3. Ativo Circulante e Não Circulante: 3.1.** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos em base "pro rata dia". Compõem das disponibilidades financeiras que estão representadas por valores à disposição na rede bancária da cidade de Governador Valadares no valor de R$ 37.102.840,12 Convênios a receber R$ 16.325.461,20 inclusas cobranças junto a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais e o Município de Governador Valadares, cartão de crédito R$ 14.605,44, cheques a receber R$ 148.183,70, parceiros R$ 122.913,63 e adiantamentos R$ 220.069,94. **3.2.** Os juros a apropriar são relacionados a empréstimos da linha caixa hospitais concedidos pela Caixa Econômica Federal e da linha BNDES Saúde concedido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. **3.3.** Os estoques no valor de R$ 1.998.798,71 foram inventariados, sofreram ajustes em seus registros e estão representados pelos seguintes itens:

Material	R$
Medicamentos	664.954,29
Materiais Hospitalares	796.359,06
Material de Limpeza e Higiene	102.247,93
Material de Cozinha	211.183,74
Material Expediente	49.566,05
Material de Laboratório	57.901,64
Material Manutenção	55.291,52
Material de EPI e Uniformes	446,82
Materiais de CDI	24.327,69
Materiais OPME	36.519,97

3.4. Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais, cujo saldo final na data do encerramento do exercício era de R$ 456.537,47 referem-se a processos trabalhistas em andamento movidos por ex-funcionários contra a entidade, ao PIS sobre a folha de pagamento e a contribuição sindical descontada dos empregados. **3.5. Permanente (Imobilizado):** O ativo fixo da entidade, objetivando a adoção do disposto no CPC de número 01 que trata da redução do valor recuperável, impermaint foi individualizado. Durante o exercício de 2016 a entidade promoveu o cálculo e o registro da depreciação com base na estimativa da vida útil de seus bens, levando por via de consequência em consideração o valor residual dos mesmos.

Terrenos	3.525.238,35
Edificações	20.726.461,90
Aparelhos e Equipamentos Médicos e Cirúrgicos	5.624.643,09
Máquinas e Equipamentos	2.008.016,08
Veículos	122.086,47
Instalações Elétricas	213.950,25
Equipamentos Informática	808.178,27
Equipamentos e Instalações Telefônicas e Sonorização	57.289,44
Equipamentos Cozinha	33.835,28
Móveis e Utensílios	748.167,49
Imobilização em Andamento	11.862.835,96
Total	**45.730.702,58**

4. Contas de Compensação: As contas de compensação ativa e passiva no valor de R$ 2.314.280,08 referem-se a bens móveis cedidos na forma de comodato pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares ao Hospital Bom Samaritano e encontra-se em uso na Unidade de Pronto Atendimento - UPA. **5. Passivo Circulante e Não Circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos. Composto por obrigações com fornecedores de matérias R$ 4.197.134,73, Obrigações Trabalhistas R$ 1.310.744,58, Obrigações Sociais R$ 302.136,56, Obrigações Tributárias R$ 202.455,67, Serviços Médicos Prestados por Pessoas Físicas R$ 52.071,76 e por Pessoas Jurídicas R$ 17.996,38, Fornecedores de Outros Serviços R$ 156.847,32, Parceiros R$ 94.287,10, Outras Provisões R$ 574.958,55. **5.1. Empréstimos Bancários:** Refere-se a empréstimos com interveniência da Secretaria Municipal de Saúde, através da linha caixa hospitais instituído pelo Ministério da Saúde e concedido pela Caixa Econômica Federal no montante de R$ 84.983.031,66, sendo R$ 6.709.186,71 no curto prazo e R$ 78.273.844,95 no longo prazo, da linha BNDES Saúde e concedido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas no montante de R$ 20.952.000,00, sendo R$ 2.716.000,00 vencíveis no curto prazo e R$ 18.236.000,00 vencíveis no longo prazo, sendo amortizado com a contrapartida dos serviços prestados ao SUS - Sistema Único de Saúde. O empréstimo no montante de R$ 3.438.564,66 classificado no curto prazo refere-se a cédulas de créditos bancaria disponibilizada pela Cooperativa de Poupança e Credito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda - Sicoob Crediriodoce. **5.2. Parcelamentos:** Refere-se a contas de energia elétrica conforme TARD nº 90000307892-2012 da Cemig Distribuição S.A no valor de R$ 746.352,38, e ao parcelamento da multa aplicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS ao processo administrativo nº 25779.000983/2006-16 no valor de R$ 55.210,78. **5.3. Provisões para Contingências:** A entidade registrou provisões para contingências no montante de R$ 7.586.660,04 inerentes a responsabilidades cíveis, trabalhistas e regulamentares, bem como da atividade filantrópica. Estas provisões foram constituídas de acordo com a NBCT 19.7 do Conselho Federal de Contabilidade, cujos valores são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e /ou extrajudiciais, conforme demonstrativo.

Contingências	Provável Contabilizado
Cíveis	4.304.246,04
Trabalhistas	1.365.522,00
Não Tributárias	1.916.892,00

As contingências cíveis e trabalhistas estão registradas pelo valor da causa conforme relatório dos advogados, e as não tributárias referem-se ao processo administrativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS de nº 33902113599200397. **6. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social da entidade está representado pelos resultados superavitários ou deficitários de sua atividade. **7. Subvenções Patrimoniais:** Refere-se a subvenções federais para compra de equipamentos.

8. Resultados: O resultado é apurado substancialmente pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Entidade são apropriadas com base em documentos que atendem as exigências legais e fiscais. Os custos dos serviços prestados são rateados pelo percentual da receita auferida como demonstrado abaixo:

Receitas	Valor	Percentual
SUS	40.612.675,75	75,97%
Particulares	3.890.753,18	7,28%
Convênios	8.954.850,89	16,75%
Total	**53.458.879,82**	**100%**
Custos	**Valor**	**Percentual**
SUS	(53.288.972,72)	75,97%
Particulares	(5.105.160,80)	7,28%
Convênios	(11.749.898,18)	16,75%
Total	**(70.144.031,69)**	**100%**

9. Cálculos do Montante das Gratuidades e das Isenções Usufruidas: 9.1 Das Gratuidades: A entidade cumpriu o que dispõe o inciso II do art. 4º na Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, no percentual de 74,96% superior o mínimo exigido de 60%. O valor dispêndio em forma de gratuidade para atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS atingiu um montante de R$ 12.676.296,97, correspondente ao prejuízo apurado pela instituição. **9.2 Das Isenções:** As isenções foram apuradas de acordo com o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, o Decreto nº 8.242/14 e a IN nº 971/09 da Secretaria da Receita Federal e alterações posteriores, observando os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Conforme artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91 do Governo Federal às isenções tributárias relativas à Cota Patronal do INSS sobre a folha de pagamento foi de R$ 3.008.434,84 sobre pagamento a autônomos foi de R$ 368.858,43, COFINS no valor de R$ 2.420.612,10. Não houve apuração da Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL em razão do prejuízo apurado. Se a entidade não gozasse destas isenções teria um déficit de R$ 673.240,75. A entidade é imune do recolhimento do Imposto de Renda - IRPJ sobre o lucro conforme artigos 168 e 173 do Decreto nº 3.000/99, entretanto, cumpre fielmente as retenções dos impostos/contribuições exigidos pela legislação federal e recolhe em depósito judicial o PIS/PASEP sobre o valor bruto da folha de pagamento à alíquota de 1%. **10. Da Capacidade Instalada:** De um total de 120 leitos instalados, 100 correspondem a leitos hospitalares e 20 leitos complementares (UTI), a entidade disponibilizou ano de 2017, 78 leitos para o Sistema Único de Saúde - SUS, correspondendo a 65%. Foram prestados atendimentos em internação aos pacientes SUS num percentual 73,27% e atendimento ambulatorial num percentual de 86,04% conforme demonstrativo abaixo, percentual este superior ao que preceitua o Decreto nº 7.237/10, artigo 18º, em seu inciso II.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO HOSPITALAR

PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES SUS

EXERCICIO	SUS		NÃO SUS Particular/Gratuito		TOTAL		% SUS	
	Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia	Internações	Pac./Dia
2014	6.381	20.134	2.350	8.001	8.731	28.135	73,08%	71,56%
2015	6.445	18.688	2.279	8.667	8.724	27.355	73,88%	68,32%
2016	6.136	22.430	2.361	8.537	8.497	30.967	72,21%	72,43%
2017	7.206	23.096	2.629	7.715	9.835	30.811	73,27%	74,96%

PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS SUS

EXERCICIO	SUS	NÃO SUS Particular/Gratuito	TOTAL	% SUS
	Ambulatoriais	Ambulatoriais	Ambulatoriais	Ambulatoriais
2014	178.403	50.601	229.004	77,90%
2015	209.859	48.538	258.397	81,22%
2016	217.174	41.062	258.236	84,10%
2017	230.898	37.458	268.356	86,04%

Fonte: DataSUS - Tabwin / TASY- Rel. Atendimentos e Sysart- Sistema Integrado de Gestão Hospitalar

Governador Valadares, 31 de dezembro de 2017
Elvis Deivis Andrade - Superintendente Administrativo
Weber Lúcio Rosa de Andrade - Contador - CRCMG nº 76.768

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Beneficência Social Bom Samaritano - BSBS infra-assinados, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações contábeis, patrimoniais e demais documentos complementares da Entidade, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, concluíram com base no parecer dos auditores independentes e verificação in-loco dos documentos supracitados, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Beneficência Social Bom Samaritano, manifestando-se favoravelmente aprovação dos mesmos.
Governador Valadares, 19 de Março de 2018.
Samuel Goulart Matozinho - Conselheiro Fiscal
Doyle Ângelo de Souza - Conselheiro Fiscal
José Onofre Pereira Filho - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A **Beneficência Social Bom Samaritano** - Governador Valadares - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Beneficência Social Bom Samaritano, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, comparadas com exercício de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Bom Samaritano em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da continuidade da entidade, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos